

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

CAMILA ARRUDA VIANA

**PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO QUILOMBO IPIRANGA E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)**

**JOÃO PESSOA – PB
2025**

CAMILA ARRUDA VIANA

**PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO QUILOMBO IPIRANGA E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. ALYSSON ANDRÉ REGIS OLIVEIRA

**JOÃO PESSOA – PB
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *campus* João Pessoa

V614p Viana, Camila Arruda.

Práticas empreendedoras no Quilombo Ipiranga e suas contribuições para a formação humana omnilateral no ensino médio integrado do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) / Camila Arruda Viana. – 2025.

118 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

Orientador: Prof. Dr. Alysson André Regis Oliveira.

1. Formação humana integral. 2. Empreendedorismo social.
3. Práticas extensionistas. 4. Comunidade quilombola. I. Título.

CDU 005.342

CAMILA ARRUDA VIANA

**PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO QUILOMBO IPIRANGA E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 30 de outubro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alysson André Régis Oliveira
Instituto Federal da Paraíba
Orientador

Prof. Dr. Leonardo Rangel dos Reis
Instituto Federal da Bahia
Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Elaine Cristina Batista de Oliveira
Instituto Federal da Paraíba
Membro Externo

Documento assinado eletronicamente por:

- Alysson Andre Regis Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 30/10/2025 11:07:47.
- Elaine Cristina Batista de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 31/10/2025 07:37:28.
- Camila Arruda Viana, DISCENTE (20231650002) DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT - JOÃO PESSOA, em 12/11/2025 16:01:26.
- Leonardo Rangel dos Reis, PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, em 17/11/2025 11:47:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/10/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 784991
Código de Autenticação: e095d0e91e



Dedico este trabalho a Deus e à Virgem Maria,
por guiarem minha vida.
As minhas filhas, Maria Luiza e Maria Júlia,
por serem o motivo de estar aqui.
Aos meus pais de criação, já falecidos, Irene
Bezerra e Luiz Bezerra.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, minha profunda gratidão a Deus e à Virgem Maria, por me sustentarem nessa caminhada.

Às minhas amadas filhas, Maria Luiza e Maria Júlia, pela compreensão e maturidade diante dos meus momentos de estudo e de necessárias ausências.

Ao meu amado esposo, José Neto, por sua paciência e apoio nos momentos difíceis dessa trajetória.

À minha querida mãe biológica, Maria Dilce, por me dar a oportunidade de vir ao mundo.

Aos meus prezados colegas de trabalho, que me apoiaram ao longo dessa jornada.

Ao meu querido orientador, Professor Alysson Régis, por ser uma pessoa excepcional, que vai além das suas responsabilidades profissionais e acaba se tornando um amigo.

À comunidade Quilombola do Ipiranga, que tornou essa pesquisa possível e, ao mesmo tempo, prazerosa.

Aos discentes do IFPB que conseguiram compreender a importância desse momento e participaram de coração aberto.

Aos colegas da pós-graduação, pela amizade que construímos durante a caminhada.

Aos meus alunos, pela torcida e motivação, que me impulsionaram a enfrentar este grande desafio.

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

VIANA, Camila Arruda. Práticas extensionistas e empreendedorismo social na Comunidade Quilombola do Ipiranga: contribuições para a formação humana omnilateral no ensino médio integrado. 2025. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

RESUMO

O desenvolvimento de práticas empreendedoras em territórios tradicionais, como comunidades quilombolas, constitui-se em uma estratégia relevante para promover a emancipação social, a valorização cultural e a sustentabilidade econômica. Nessa lógica, o estudo teve como objetivo: Analisar a prática do empreendedorismo social na comunidade quilombola do Ipiranga e sua contribuição na perspectiva formativa de educação humana dos discentes do terceiro ano do curso técnico em contabilidade do IFPB, Campus João Pessoa, Paraíba. Metodologicamente, a investigação assumiu um caráter qualitativo, com tipologia exploratória e descritiva, explorando conexões entre a prática e a teoria do conhecimento sobre o empreendedorismo social nessas comunidades. A presente pesquisa contemplou 110 famílias quilombolas e 30 estudantes do curso técnico, sendo a amostra constituída por cinco lideranças empreendedoras da comunidade e 23 discentes do terceiro ano do ensino médio. A coleta dos dados ocorreu por meio da observação participante, aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e a realização de oficinas temáticas sobre educação financeira, precificação e modelagem de negócios, visando proporcionar uma ampla visão de material proveitoso para esse estudo. Os dados foram sistematizados mediante a análise de conteúdo, baseados nos estudos de Bardin e organizados em categorias temáticas que possibilitaram a compreensão das concepções, experiências e desafios relacionados ao empreendedorismo social de maneira prática. Em suma, os resultados revelaram que a experiência possibilitou a integração de saberes acadêmicos e comunitários, potencializando a capacidade empreendedora da comunidade e valorizando a identidade cultural quilombola. Além disso, evidenciou-se que a participação dos estudantes favoreceu sua formação crítica e socialmente comprometida, ampliando a compreensão sobre a realidade social e econômica da comunidade. Nesse sentido, concluiu-se que o empreendedorismo social, enquanto prática educativa, constitui-se em estratégia de emancipação e de articulação entre dimensões econômicas, sociais e culturais. Dessa maneira, a experiência analisada demonstra que as práticas extensionistas, ao aproximar a escola técnica da comunidade, fortalece o processo de formação humana integral e contribui para o desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Formação Humana Integral. Empreendedorismo Social. Práticas extensionistas. Comunidade Quilombola.

VIANA, Camila Arruda. Extensionist practices and social entrepreneurship in the Quilombola Community of Ipiranga: contributions to omnilateral human development in integrated high school education. 2025. 180 f. Dissertation (Master's in Professional and Technological Education) – Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

ABSTRACT

The development of entrepreneurial practices in traditional territories, such as quilombola communities, represents a relevant strategy to foster social emancipation, cultural appreciation, and economic sustainability. This study aimed to analyze the practice of social entrepreneurship in the Quilombola Community of Ipiranga and its contribution to the formative perspective of human education among third-year students of the Technical Accounting Course at the Federal Institute of Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa. Methodologically, the research adopted a qualitative approach, with an exploratory and descriptive typology, involving 110 quilombola families and 30 students, from which the sample comprised five community entrepreneurial leaders and 23 students. Data collection included participant observation, questionnaires, semi-structured interviews, and thematic workshops on financial education, pricing, and business modeling. The data were organized through content analysis based on Bardin, enabling the identification of conceptions, experiences, and challenges related to social entrepreneurship. The results demonstrated that the experience fostered the integration of academic and community knowledge, strengthened entrepreneurial capacity, and enhanced quilombola cultural identity. Furthermore, student participation encouraged critical and socially engaged training, broadening their understanding of the community's social and economic reality. In conclusion, social entrepreneurship, as an educational practice, proved to be a strategy for emancipation and articulation between economic, social, and cultural dimensions, reinforcing the role of university extension in promoting integral human development and sustainable local development.

Keywords: Social entrepreneurship; Quilombola community; extension practices; Human formation; Sustainable development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Congresso Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EPT	Educação Profissional e Técnica
ES	Empreendedorismo Social
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
PNE	Plano Nacional da Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Gênero dos participantes quilombolas	70
Gráfico 2	Questões 1 a 3 – Categorias respectivamente: relevância, objetividade e compreensão de materiais.....	70
Gráfico 3	Questões 4 a 6 – Categorias respectivamente: desenvolvimento de habilidades, conhecimentos adquiridos e tempos suficiente.....	70
Gráfico 4	Questões 7 a 9 – Categorias respectivamente: reflexão e análise, motivação, atendimento a expectativas.....	71
Gráfico 5	Gênero dos participantes discentes	73
Gráfico 6	Questão 1: Relevância.....	73
Gráfico 7	Questão 2: Clareza.....	73
Gráfico 8	Questão 3: Compreensão.....	73
Gráfico 9	Questão 4: Desenvolvimento de habilidades.....	74
Gráfico 10	Questão 5: Conhecimentos adquiridos.....	75
Gráfico 11	Questão 6: Tempo suficiente de aprendizagem.....	75
Gráfico 12	Questão 7: Reflexão e análise crítica.....	76
Gráfico 13	Questão 8: Motivação.....	76
Gráfico 14	Questão 9: Expectativas.....	77

SUMÁRIO

1	EXPLORANDO O ASSUNTO DA PESQUISA.....	13
1.1	Relatos de vida da autora.....	13
1.2	Apresentando o tema.....	17
2	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	23
2.1	Caracterização da pesquisa.....	23
2.1.1	Quanto à classificação.....	23
2.1.2	Quanto à abordagem.....	23
2.1.3	Quanto à tipologia da pesquisa.....	23
2.2	Universo, amostragem e amostra.....	24
2.2.1	Quanto ao universo da investigação.....	24
2.2.2	Quanto à amostragem da pesquisa.....	24
2.3	Instrumento de coleta de dados.....	25
2.4	Estratégias de tratamento de dados.....	26
2.5	Etapas do desenvolvimento da pesquisa.....	26
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
3.1	Trajetória da EPT no Brasil.....	28
3.1.1	O trabalho como princípio educativo.....	31
3.2	Movimento do empreendedorismo.....	36
3.2.1	Empreendedorismo Social.....	40
3.3	A extensão universitária como elemento fundamental para a formação humana em geral.....	46
3.3.1	Extensão universitária: evolução histórica, conceitos e importância.....	46
3.3.2	Diálogos entre extensão e formação humana integral.....	49
3.3.3	A política de extensão do IFPB.....	51
4	ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	54
4.1	A Comunidade Quilombola do Ipiranga e suas experiências empreendedoras..	54
4.2	A compreensão dos discentes sobre empreendedorismo social.....	60
5	PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO À AÇÃO NO ENSINO.....	64

5.1	Tipologia do PE escolhido.....	64
5.2	Estruturação do PE: fases do planejamento.....	64
5.2.1	Planejamento das oficinas empreendedoras.....	64
5.2.2	Oficina de Modelagem de Negócios – Estruturação.....	67
5.2.3	Oficina de Educação Financeira – Estruturação.....	68
5.2.4	Oficina de Precificação – Estruturação.....	69
5.3	Avaliação do PE.....	70
5.3.1	Análise da Avaliação do Produto Educacional pelos Quilombolas.....	70
5.4	Análise do questionário.....	72
5.5	Análise da Avaliação do Produto Educacional pelos Discentes.....	74
6	CONCLUSÃO.....	81
	REFERÊNCIAS.....	83
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA EMPREENDEDORES QUILOMBOLAS.....	89
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS DISCENTES.....	91
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO.....	93
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE).....	94
	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	95
	APÊNDICE F – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO...	97
	APÊNDICE G – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO PROCESSO DE PESQUISA.....	99
	ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	112

1 EXPLORANDO O ASSUNTO DA PESQUISA

1.1 Relato de vida da autora

Antes de dar início ao diálogo sobre este trabalho, é importante que eu me apresente aos leitores, para que, dessa forma, possam compreender melhor as razões por trás da escolha deste tema de pesquisa.

Sou Camila Arruda Viana, nascida e criada em João Pessoa, Paraíba, filha de Maria Dilce Arruda e José Madruga. No entanto, o nome do meu pai biológico não consta em meu registro. O que se apresenta nele, como pai, na verdade, é o nome do meu padrasto, Gilson Viana. Sou esposa de José Neto e mãe de duas lindas meninas, Maria Júlia e Maria Luiza, com respectivamente, 11 e 16 anos. Elas são a razão e todo o sentido de estar buscando, a cada dia, ser alguém melhor.

Desde pequena, soube lidar com adaptações e superação de desafios, pois fui criada por pais adotivos, aos quais tenho muita gratidão, por todos os ensinamentos que me proporcionaram. Não perdi o contato com minha mãe biológica, visto que eles tinham um grau de parentesco, e, na verdade, a adoção foi informal, então, durante toda minha infância, estava sempre entre duas casas, dos meus pais adotivos e da minha mãe biológica.

Não tive uma infância de privilégios, no entanto, não me faltou o básico dentro de casa e, principalmente, o incentivo para estudar. Era uma criança saudável, alegre e de muitas amizades.

Durante a maior parte da minha trajetória estudantil, frequentei escolas públicas, tendo sido o ensino fundamental de primeira fase em uma escola do município e, na segunda fase, em uma escola estadual, de maior porte, Olivina Olívia Carneiro da Cunha. Realizei parte do ensino médio no Colégio Lyceu Paraibano, do qual guardo grandes memórias. Finalizei meu ensino médio em uma escola particular, na qual ganhei uma bolsa de estudos.

Prestei o vestibular, o então PSS (Processo Seletivo Seriado), pela primeira vez, no ano de 2001, mas não obtive êxito, pois, nesse ano, minha mãe adotiva foi acometida por um câncer terminal, e, nesse momento, fui o esteio dela por todo o período de tratamento. Meu psicológico estava totalmente devastado, mas, apesar disso, não desisti e, no ano seguinte, pude me preparar em um cursinho pré-vestibular. Assim, no ano de 2003, passei em 13º lugar e, então, ingressei na tão sonhada Universidade Federal da Paraíba, para o curso de Bacharelado em Administração. Nesse momento da minha vida, aproveitei cada oportunidade, participei como monitora em diversas disciplinas, colaborei também como pesquisadora voluntária em um projeto de PIVIC, denominado: “Empreendedorismo: potencial empreendedor dos alunos dos

curso de graduação do centro de ciências humanas, letras e artes da Universidade Federal da Paraíba”. Foi neste momento que percebi a importância dos projetos de pesquisa para melhorias e resolução de problemas em nossa sociedade.

Por meio da universidade, consegui um estágio. Foi, então, que entrei para o mundo do trabalho. Em 2007, formei-me e, seis meses depois, consegui meu primeiro emprego, onde permaneci por quase três anos. Desempenhava a função de secretária administrativa, no setor administrativo de uma faculdade particular, na cidade de João Pessoa.

No período em que ainda estava trabalhando na faculdade, engravidei da minha primogênita, e, poucos meses depois de voltar da licença maternidade, fui demitida. Passei quase um ano fora do mercado trabalho, o que, para mim, de certa forma, foi bom, pois, dessa maneira, pude me dedicar ao primeiro aninho de vida dela, acompanhando cada passo e cada nova descoberta.

2010 foi o ano de retorno ao mercado, quando fui convidada por uma grande amiga dos tempos de UFPB a ministrar um curso sobre MEI (Micro Empreendedor Individual), no SENAC/PB. Foi, então, que descobri uma nova motivação e inspiração para a vida: a docência chegou e fez morada no meu coração.

Com a certeza do caminho que iria trilhar, decidi, em 2011, ingressar na Especialização em Docência do Ensino Superior (*lato sensu*), a qual me impulsionou seguir desbravando novos horizontes. Apresentei, como trabalho de conclusão, um artigo intitulado: *Qualidade de Vida no trabalho dos professores: um ganho para a sociedade*.

Segui em frente no caminho da educação, apesar dos inúmeros obstáculos a serem vencidos. Continuei lecionando no ensino técnico e profissionalizante desde o início da minha jornada em 2010. Destaco, especialmente, minha atuação no SENAC/PB, que foi a entidade que me recebeu no começo da minha carreira, quando eu era uma das instrutoras contratadas.

Minha carreira como docente foi se desenvolvendo a cada dia, e, no ano de 2011, fui contratada pela empresa privada GRC Treinamentos, como docente em regime celetista, onde também atuei no ensino profissionalizante. Permaneci nesta instituição até o ano de 2014, ano em que fui desligada. E o desligamento, coincidentemente, aconteceu logo que voltei do período de licença maternidade da minha segunda filha. Confesso acreditar que foi uma providência divina, considerando que meu ritmo de trabalho tão intenso não me deixaria participar dos melhores momentos da minha filha recém-chegada. Mas, ao olhar para trás, percebo que, em dois momentos da minha vida, fui vítima de um preconceito que assola quase todas as mulheres, que são mães e profissionais. Vivemos em verdadeiro labirinto de cristal, onde nossas escolhas impactam profundamente na nossa vida e dos que estão ao nosso lado.

Seguindo em frente, nos anos de 2015 a 2017, retornei ao mercado, trabalhando como docente por contrato eventual nas instituições SENAC e SESCOOP Paraíba, nas quais ministrei cursos específicos para jovens aprendizes, experiências que considero muito enriquecedoras, pois me permitiram entender, atuar e transformar a realidade de tantos jovens. Foram momentos nos quais cresci como profissional e como ser humano.

Tive grande felicidade no ano de 2017, quando fui aprovada no processo seletivo do SENAC/PB para professora horista, pois meu regime mudaria de contratada para celetista. Permaneci lá até 2020, ano em que chegou a pandemia, e, infelizmente, houve uma demissão em massa. Foi um período difícil para todos, pois não era só a renda que estávamos perdendo – tínhamos grande medo de perder a própria vida. Por sorte, já era docente no contraturno em uma outra instituição.

Com grande satisfação, no ano de 2019, participei do processo seletivo na instituição particular de ensino superior FPB (Faculdade Internacional da Paraíba). Consegui a vaga de professora e, nesta, atuo até hoje, como docente em jornada, dedicando-me não só ao ensino, mas à pesquisa e à extensão.

Lá pude iniciar minha trajetória no ensino superior, tanto na graduação como na pós-graduação *lato sensu*. Desenvolvi alguns projetos de extensão, dentre os quais posso destacar dois: o primeiro foi o **Clube da leitura**, contemplando, como objetivo principal, a promoção da leitura no ambiente educacional do *campus*, fomentando o interesse e o aprimoramento do pensamento crítico sobre o mundo. O segundo projeto, que permanece até hoje, é o **Empreende mais**, o qual tem o foco de defender a qualificação e o estímulo ao empreendedorismo para nossos discentes, egressos e comunidade em geral, principalmente aos micro e pequenos empreendedores, apostando no empreendedorismo como ferramenta de mudança e transformação de vidas.

No semestre de 2023.1, firmei uma parceria como outro projeto de extensão denominado **Cozinha que educa e transforma**, e os dois projetos estão atendendo, com apoio da Prefeitura Municipal de João Pessoa, as comunidades espalhadas pela cidade. Tivemos o privilégio de ajudar as Comunidades da Penha, do Cristo e do Bairro São José. No Semestre 2023.2, trabalhamos com duas comunidades: São Rafael e Gramame. As ações aconteceram na Cozinha da escola de Gastronomia da Faculdade FPB, onde são ministradas as oficinas gastronômicas e, na sequência, o projeto Empreende Mais, visita às comunidades ministrando oficinas sobre empreendedorismo e modelo de negócio.

Durante minha trajetória como docente, sempre fui muito ativa e participante de tudo que pudesse me agregar conhecimento e boas relações. Assim, no ano de 2022, tive a honra de

ser aprovada para contribuir como professora bolsista do Projeto: Qualifica Mais Progredir e permaneci até o ano de 2023. Participei do Processo Seletivo Simplificado de Professores para atuação em cursos ofertados presencialmente pelo Instituto Federal da Paraíba, junto aos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Nessa oportunidade, estava realizando um grande sonho de infância, que era estudar no Instituto Federal, outrora chamado de CEFET, no qual nunca consegui ingressar, mas realizei o sonho de ser professora nesse instituto, mesmo que por alguns meses.

Seguindo adiante no meu trajeto profissional, tomei conhecimento do processo de seleção para o mestrado ProfEPT, dos Institutos Federais, acredito que pela Internet. Então, em 2019, participei, pela primeira vez, no entanto, não obtive aprovação. Em 2020, inscrevi-me outra vez, porém foi o ano marcado pela pandemia, e o exame foi cancelado. Confesso que, nesse momento, meus ânimos ficaram um pouco adormecidos. Mas não desisti de cursar o mestrado e foi em 2022 que me preparei, novamente, para o ENA, com muito esforço e dedicação, pois trabalho em dois turnos e ainda tenho duas filhas que dependem do meu cuidado e afeto. Após superar todos os obstáculos, finalmente, obtive a aprovação no concorrido exame, que disponibilizava somente 10 vagas para candidatos em ampla concorrência, na categoria à qual eu pertencia, dentre mais de 600 inscritos. Assim, afirmo que a conquista da vaga no mestrado é de extrema importância para mim em diversas esferas, seja para aprofundar meu conhecimento, ampliar minha visão como pesquisadora e pensadora crítica, ou até mesmo para abrir portas em minha carreira profissional.

Adentrando especialmente na escolha da linha de pesquisa, tomei como ponto de partida a minha atuação profissional de quase 15 anos na docência, dedicando-me, em grande parte dela, exclusivamente, ao ensino profissionalizante e técnico, vivência na qual vejo uma grande conexão com o ProfEPT. Por isso, é tão gratificante poder fazer parte de um mestrado que irá ampliar ainda mais o meu olhar como docente e fortalecer meus laços com o que mais acredito: o ensino como ferramenta-chave para a mudança social.

Acredito que o ato de ensinar ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, ele se constitui como um processo de emancipação, capaz de despertar consciência crítica, promover autonomia e transformar realidades. O ensino, quando pautado em valores humanos e sociais, torna-se um instrumento poderoso para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que o conhecimento é visto não como privilégio, mas como direito e possibilidade de transformação individual e coletiva.

Nessa ótica, acreditei que a linha de pesquisa mais adequada seria: a linha **I**, de **Macroprojetos de Pesquisa e Desenvolvimento que estruturam a Linha de Pesquisa**

Práticas Educativas em EPT/ Macroprojeto 1 – Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT. A partir desta escolha, trabalhei práticas educativas contemplando o empreendedorismo social em espaços não formais, trazendo, como principal perspectiva, a emancipação desses indivíduos a partir do conhecimento, compreendendo como parte de uma formação omnilateral e emancipatória.

1.2 Apresentando o tema

O Brasil, enquanto país capitalista, desenvolve-se, essencialmente, em uma lógica produtiva amparada na busca de lucros e exploração dos trabalhadores, chamada, por Karl Marx, de mais-valia. Explicando de maneira concisa, o trabalhador negocia com o capitalista sua habilidade de trabalho, recebendo, em contrapartida, um salário que garante sua sobrevivência. Durante sua atuação, no entanto, produz um excedente, ou seja, um valor superior ao necessário para essa sobrevivência – a esse excedente, Marx deu o nome de mais-valia. Adequadamente, Marx faz uma distinção entre os dois tipos de mais-valia: absoluta e relativa.

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. [...] [A mais-valia relativa] pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais (Marx, 2006, p. 578, *apud* Ramos, 2005, p. 2).

Dentro dessa lógica capitalista supramencionada, que, por diversas vezes, deixa o trabalhador em uma situação de dependência e vulnerabilidade econômica e social, faz-se necessário que os trabalhadores busquem novas formas de sobrevivência, no intuito de vencer as dificuldades no cotidiano. Nesse sentido, o empreendedorismo surge como uma possibilidade, para superar algumas adversidades, às quais o capitalismo submete os trabalhadores.

Cada dia, o número de empreendedores em nosso país aumenta. Segundo dados de Brasil (2024):

Somente no terceiro quadrimestre de 2023 foram abertas 1.150.149 empresas, um aumento de 5,1% em relação ao mesmo período de 2022. Ao longo de todo o ano de 2023, houve a abertura de 3.868.687 empresas, um aumento de 0,7% em comparação ao ano anterior. Comércio e prestação de serviços representam 81,7% das empresas em funcionamento no país, mantendo-se a tendência em 2023, com 83,9% das empresas abertas representando esse setor.

Destaca-se, ainda, segundo a mesma fonte, a abertura, em 2023, de 2.887.788 empresas de Micro e Pequeno porte, as chamadas MEIs, representando um aumento de 0,6% em relação ao ano de 2022, consolidando-se o total de 11.682.765 MEIs ativos.

Evidenciam-se também outros tipos empreendedorismo, dos quais um grande exemplo é o empreendedorismo social, que toma força em todo o mundo desde a década de 1980, de modo que se representa em uma diversidade de organizações, como as Organizações de Sociedade Civil (OSC), negócios sociais, os quais podem ser lucrativos ou não, com a intencionalidade de gerar impacto social.

Segundo Herrero (2013) *apud* Limeira (2015, p.2), “os empreendedores sociais podem criar organizações da sociedade civil, que se sustentam com doações ou que geram receita com produtos e serviços, como também, negócios sociais que distribuem ou reinvestem os lucros”.

Ainda de acordo com Limeira (2015, p.2), na década de 1960, nos Estados Unidos e na Europa, surgiram as primeiras ações de empreendedorismo social com as iniciativas pioneiras das organizações da sociedade civil em busca da sustentabilidade financeira. No Brasil, as primeiras iniciativas surgiram a partir das décadas de 1980 e 90, como a Associação Saúde Criança e o Comitê para Democratização da Informática, ambos no Rio de Janeiro, e o Banco Palmas, em Fortaleza, Ceará.

Uma análise conduzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2021), em colaboração com a Fundação Arymax, revela que o empreendedorismo social tem ganhado espaço em regiões menos favorecidas¹. Este é o perfil desses empreendedores da periferia: mulheres negras, que têm um rendimento do negócio de menos de 2 salários-mínimos. O estudo ainda revela que, fora da periferia, a maioria são empreendedores sociais brancos, com equilíbrio de gênero e com rendimento líquido dos negócios de mais de R\$ 12.450 mensais.

Destaca-se a relevância do apoio de diferentes áreas aos empreendedores sociais, especialmente àqueles em condições desfavoráveis, tendo a educação como um dos principais suportes a serem proporcionados, com ênfase na capacitação desses empreendedores. Nessa perspectiva, os IFs podem contribuir de maneira significativa, estabelecendo uma relação de

¹ Disponível em:
https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u515/pesquisa_perfil_dos_empreendedores_de_impacto_no_brasil_v2.pdf.

colaboração mútua, forjando alunos socialmente responsáveis e constituídos por uma educação integral, por consequência, ajudando na edificação de uma sociedade mais justa.

Nesse viés, compreende-se, em determinadas situações, que o empreendedorismo promove significativas mudanças na vida dos indivíduos, não somente promovendo o seu sustento, mas sua libertação de um estado de exploração e submissão ao poder do capital. Em vista disso, podemos apontar, segundo a visão de Dornelas (2007, p. 13-15), a existência de diferentes tipos de empreendedorismo, sendo esses: corporativo, individual, social, etc. Contudo, o empreendedorismo social destaca-se pelo fato de promover o desenvolvimento, não apenas com o simples objetivo de lucrar, pois busca melhorar a qualidade de vida de comunidades inteiras, seja por meio de condições mais dignas ou pela qualificação profissional de pessoas que não teriam acesso nem apoio.

No empreendedorismo social, a meta é desenvolver soluções que impulsionem aspectos sociais, econômicos e culturais de um local. De acordo com Yunnus (2010), o empreendedorismo social é representado pelas organizações voltadas para a melhoria das condições de vida da população, particularmente daquela parcela que possui menor poder aquisitivo e que orientam sobre a conservação ambiental, impulsionam o ato de empreender, buscam escalabilidade do produto e/ou serviço desenvolvido, dispõem como objetivo central a geração de valor social, buscam a mensuração do impacto social e apresentam uma lógica econômica de mercado. Assim, o foco principal reside na mudança que pode ser promovida. Isso implica que tais empresas não estão impedidas de obter lucro, porém este não deve ser o seu único nem o principal objetivo.

Como exemplo de empreendedora social local, é possível citar a Comunidade Chã de Jardim em Areia, Paraíba, que nos traz grandes exemplos de desenvolvimento social e econômico a partir do formato desse tipo de empreendedorismo, conduzido pela empreendedora social Luciana Balbino. A população desenvolve inúmeras atividades e projetos, como a venda de polpas de frutas orgânicas e livres de agrotóxicos (produzidas pela fábrica local), Arte na Mão (projeto de artesanato feito com palha seca de bananeira, confeccionado pelas mulheres, gerando renda e trazendo para a comunidade diversos prêmios relacionados à sustentabilidade. Além disso, foi fundado o Restaurante Vó Maria, que se utiliza dos produtos produzidos pela comunidade local, a qual também disponibiliza um armazém, para que os moradores façam a venda de seus produtos.

Outro exemplo importante de Empreendedorismo social local é a CORP.ORI, situada no Quilombo de Paratibe, uma das maiores comunidades quilombolas da Paraíba e uma das três únicas comunidades quilombolas urbanas do Estado, na Zona Sul de João Pessoa. Abriga,

na sua comunidade, a CORP.ORI, um empreendimento social que tem como idealizador André Adinkra, cuja proposta é conectar profissionais negros da saúde e pacientes de todos os grupos e camadas da sociedade. O empreendimento agrega profissionais, como: massoterapeutas, médicos, nutricionistas, psicoterapeutas, entre outros. Seu principal diferencial é o impacto social causado na comunidade, pois proporciona preços acessíveis para a comunidade de baixa renda e faz atendimentos gratuitos a alguns grupos sociais. Nesse ano, o empreendimento foi destaque no evento EXPOFAVELA, sediado na cidade de João Pessoa, Paraíba, que contou com o apoio de várias instituições e tem como objetivo dar visibilidade a iniciativas como a de André e promover um encontro com investidores que possam acelerar os empreendimentos. A CORP. ORI ficou entre os dez empreendimentos selecionados para a feira nacional, no Estado de São Paulo.

Vale ressaltar que tais práticas empreendedoras são, geralmente, observadas em comunidades, como a que foi objeto deste estudo, a comunidade Quilombola Ipiranga, trazendo esta como perspectiva formativa de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, nos discentes dos cursos técnicos integrados do IFPB.

Destaco que a Comunidade Quilombola do Ipiranga foi escolhida como objeto deste estudo para aplicação de um projeto de extensão, pois possui características especiais e únicas dentre as demais comunidades quilombolas. Foi fundada há mais de 200 anos e abriga 137 famílias que sobrevivem da agricultura familiar, pesca e outras atividades, como venda de biojoias e azeites extraídos das mais diversas sementes. Essa comunidade quilombola, localizada na cidade de Conde, tem como liderança uma mulher, a mestra Ana do Coco, que, com tamanha disposição e benevolência, conduz a comunidade no seu cotidiano.

Sob esse prisma, o que motivou a autora a escolher tal objeto de estudo parte, principalmente, de sua trajetória enquanto docente, há mais de 15 anos, nove deles dedicados exclusivamente ao ensino profissionalizante e técnico, contribuindo o estudo para práticas educativas no sentido de buscar ações formativas emancipatórias, voltado, sobretudo, a uma sociedade mais justa, como bases para uma formação humana integral e omnilateral.

Os alunos do Ensino Técnico Integrado desempenharão um papel fundamental na realização do estudo no IFPB, trazendo importantes contribuições para suas formações enquanto indivíduos, cidadãos críticos e pertencentes à sociedade, sabendo que estes fizeram parte do universo desta pesquisa.

Reconhece-se a notória contribuição que o estudo trouxe à sociedade, tendo em vista que o empreendedorismo social é uma atividade que possibilita a construção de negócios cujo maior impacto são melhorias na sociedade. A comunidade Quilombola Ipiranga, que foi a

pedra angular para a consolidação deste estudo, assim como a aplicação do produto educacional, o qual foi um projeto de extensão, foi a maior legatária dele, pois, com a promoção de práticas educativas aplicadas a essa comunidade, obteve frutos maravilhosos trazidos nesses encontros, assim como para discentes do Ensino Médio Integrado, trouxe sustentação para a formação humana integral, com o foco no empreendedorismo social.

Neste norte, tomamos a seguinte questão de pesquisa para esse estudo: como a prática do empreendedorismo social na comunidade quilombola do Ipiranga incide na perspectiva formativa de educação humana integral dos discentes do terceiro ano do curso técnico em contabilidade do IFPB, Campus João Pessoa?

Para alcançar esse propósito, traçou-se o objetivo geral de analisar a prática do empreendedorismo social na Comunidade Quilombola do Ipiranga e sua contribuição na perspectiva formativa de educação humana integral dos discentes do terceiro ano do curso técnico em contabilidade do IFPB, Campus João Pessoa. E, a partir desse objetivo geral, foram propostos alguns objetivos específicos, compreendendo que, dessa maneira, trarão êxito ao projeto. Sejam eles: a) levantar as principais necessidades advindas da Comunidade Quilombola do Ipiranga referente à temática empreendedorismo social; b) levantar concepções sobre empreendedorismo social nos discentes; c) formatar um produto educacional extensionista com atividades voltadas à formação empreendedora social, de caráter emancipatório, levando em consideração as necessidades da Comunidade Quilombola do Ipiranga.

Unindo, assim, a temática de empreendedorismo social e a atividade extensionista, afirmo que, como profissional docente que sou, ao longo de anos envolvida com práticas educacionais e promovendo, em um ano e meio, a realização de projetos extensionistas voltados a comunidades em vulnerabilidade social, é importante e valioso esse momento de cooperar também na formação dos discentes, para crescimento da sociedade e, principalmente, para a comunidade Quilombola Ipiranga.

Sob esse prisma, a escolha deste estudo fundamenta-se na relevância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como no desafio cotidiano de efetivar essa tríade de forma integrada e significativa. Tal desafio decorre do fato de que o conhecimento científico, muitas vezes restrito a um vocabulário acadêmico, precisa ser traduzido em linguagens acessíveis e dialogar com aqueles que, embora não dominem tais códigos, possuem saberes legítimos construídos a partir de suas experiências de vida. Reconhecer e integrar o conhecimento popular ao conhecimento científico constitui, portanto, um elemento essencial para a produção de novos saberes e para a implementação de práticas educativas transformadoras.

Além disso, a pesquisa encontra-se em consonância com os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), que visa “proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para o desenvolvimento de pesquisas na área” (Brasil, 2017, p. 4). Tal perspectiva se alinha diretamente ao presente estudo, que se ancora em uma concepção de educação emancipatória e omnilateral, materializando-se em um produto educacional de caráter inovador, voltado ao fortalecimento comunitário e à formação integral dos discentes.

Nesse contexto, a pesquisa concentra-se em práticas emancipatórias relacionadas ao empreendedorismo social, contemplando simultaneamente as demandas da comunidade quilombola e os processos de aprendizagem dos estudantes, consolidando, assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, este estudo se justifica enquanto ação de compromisso social, reafirmando o papel da educação pública na promoção da inclusão, da transformação e da emancipação humana, ao mesmo tempo em que articula saberes locais e científicos em prol da formação integral dos discentes e do fortalecimento da comunidade quilombola (Freire, 1996).

Nos próximos segmentos, serão apresentados detalhes sobre como a pesquisa foi desenvolvida em colaboração com a comunidade.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Caracterização da pesquisa

2.1.1 Quanto à classificação

Esta pesquisa classificou-se como empírica (de campo/aplicada), pois tem o objetivo de obter soluções para os problemas enfrentados por uma demanda da sociedade, por meio da elaboração e aplicação de um produto educacional junto aos sujeitos nela envolvidos. Segundo Ruiz (2009, p. 47):

[...] esta espécie de pesquisa não permite o isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas permite o estabelecimento das relações constantes entre determinadas condições – variáveis independentes – e determinados eventos – variáveis dependentes –, observadas e comprovadas.

2.1.2 Quanto à abordagem

Nesta pesquisa, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa. O estudo incluiu análises de dados com uma abordagem qualitativa que visa compreender e buscar soluções para os problemas identificados. A análise qualitativa realizou-se em torno dos conhecimentos do empreendedorismo, com o objetivo de aprofundar a compreensão das necessidades e a compreensão dos participantes, em torno do empreendedorismo social, formulando, assim, soluções mais adequadas para os problemas detectados.

Para Minayo (2015, p. 21), a pesquisa qualitativa “responde a questões particulares”. Em Ciências Sociais, preocupa-se com “um nível de realidade que não pode ser quantificado”, ou seja, “ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

2.1.3 Quanto à tipologia da pesquisa

Foi realizada uma análise exploratória e descritiva, tendo como pressuposto que esses tipos de pesquisa nos revela os caminhos ocultos do conhecimento. Segundo Gil (2002), uma pesquisa exploratória consiste no levantamento de informações sobre determinado fenômeno ou problema, para proporcionar maior familiaridade ao problema em estudo. De acordo com Marconi e Lakatos (2022, p.297):

As pesquisas descritivas, por sua vez, objetivam descrever as características de uma população, ou identificar relações entre variáveis. Nesse caso, são comuns as pesquisas que investigam características de um grupo, considerando idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível socioeconômico etc.

Também foi utilizada a consulta bibliográfica, com o intuito de buscar informações nos diversos acervos físicos ou eletrônicos, assim como levantar informações quanto à legislação antiga e a atual que fundamentaram e ainda fundamentam as bases da EPT no Brasil, por meio de acervos eletrônicos em portais oficiais do Governo.

Para Matos e Lerche (2001), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*. Ainda segundo Matos e Lerche (2001), a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, etc.

2.2 Universo, amostragem e amostra

2.2.1 Quanto ao universo da investigação

A presente pesquisa abrangeu dois universos distintos e complementares, os quais se compuseram de 110 famílias empreendedoras da comunidade Quilombola do Ipiranga, além de 30 alunos do terceiro ano do curso técnico em contabilidade do Instituto Federal da Paraíba. Podemos definir universo de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 206): “[...] universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Neste sentido, encontramos uma população com uma característica em comum, sendo a formação técnica integrada, realizada no campus do IFPB João Pessoa e cursando um componente curricular voltado ao empreendedorismo.

2.2.2 Quanto à amostragem da pesquisa

A amostra deste estudo foi composta por 5 líderes empreendedores da Comunidade Quilombola do Ipiranga e por 23 alunos do terceiro ano do Curso Técnico em Contabilidade do Instituto Federal da Paraíba.

Os empreendedores foram selecionados com base em critérios específicos: serem residentes da comunidade, empreendedores ativos, chefes de família e de gêneros diversificados, de modo a garantir uma representação equilibrada. A escolha intencional desses

participantes considerou seu papel de liderança e atuação empreendedora na comunidade, em meio às 110 famílias residentes.

No caso dos discentes, participaram 23 dos 30 estudantes do terceiro ano, abrangendo a maior parte do grupo e proporcionando uma amostra significativa para a pesquisa. O critério atribuído para determinação da amostra foi o não probabilístico, sendo a seleção realizada por acessibilidade e conveniência, com os elementos pesquisados considerados representativos da população-alvo (Vergara, 1997).

2.3 Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa de campo, utilizando questionários e entrevistas semiestruturadas e roteiro de observação junto aos discentes do Curso Integrado de Contabilidade do IFPB – campus de João Pessoa, assim como aos empreendedores do quilombo do Ipiranga. Para Triviños (1987), entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

É importante ressaltar que as entrevistas realizadas propiciaram averiguar os seus conhecimentos e necessidades em relação à prática do empreendedorismo, assim como as suas concepções sobre empreendedorismo social.

De acordo com Mattar e Ramos (2021, p.215), “O questionário é um instrumento de coleta de dados composto por um conjunto de itens (perguntas e/ou afirmações) que são apresentados a um respondente”. Segundo a avaliação de Campos (2020, p. 11), questionários “[...] que investigam percepções, representações e opiniões sobre experiências, conceitos ou acontecimentos relacionados a processos ou ambientes educacionais” estão entre os métodos mais comuns de coleta de dados empíricos na área da educação.

Desta maneira, os dados da pesquisa foram coletados por meio de fontes primárias.

De acordo com Roesch (1999), as fontes primárias são aqueles dados coletados diretamente pelo pesquisador por meio de entrevistas, aplicação de questionário, formulários, escalas, observação e testes. Por outro lado, as secundárias são as pesquisas bibliográficas em livros, dicionários, revistas especializadas, jornais, dissertações com dados referentes ao assunto.

2.4 Estratégias de tratamento dos dados

Foi realizada uma análise qualitativa do conteúdo das entrevistas, seguindo os procedimentos metodológicos propostos por Bardin. De acordo com o método de Bardin (2016, p.125), “As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

Na análise dos dados coletados junto aos participantes, foi realizada, inicialmente, uma leitura flutuante de todas as respostas, a fim de identificar os temas mais recorrentes e relevantes. Em seguida, os trechos das entrevistas e questionários foram organizados em categorias temáticas, definidas a partir dos objetivos da pesquisa e das questões aplicadas. Para os empreendedores quilombolas, as categorias incluíram: concepção de empreendedorismo, importância do empreendedorismo para a comunidade, experiências anteriores, desafios enfrentados, recursos e apoios disponíveis, habilidades existentes na comunidade e ideias de negócios para a coletividade. Já para os discentes do curso técnico em contabilidade, as categorias contemplaram: definição de empreendedorismo social, percepção sobre sua importância, experiências com iniciativas sociais, principais desafios, recursos e apoios disponíveis, habilidades locais aproveitáveis e sugestões de negócios sociais.

Por fim, os dados foram tratados e interpretados, buscando compreender como o empreendedorismo e o empreendedorismo social são vivenciados, percebidos e projetados pelos participantes, considerando suas experiências, perspectivas e o contexto da comunidade.

2.5 Etapas do desenvolvimento da pesquisa

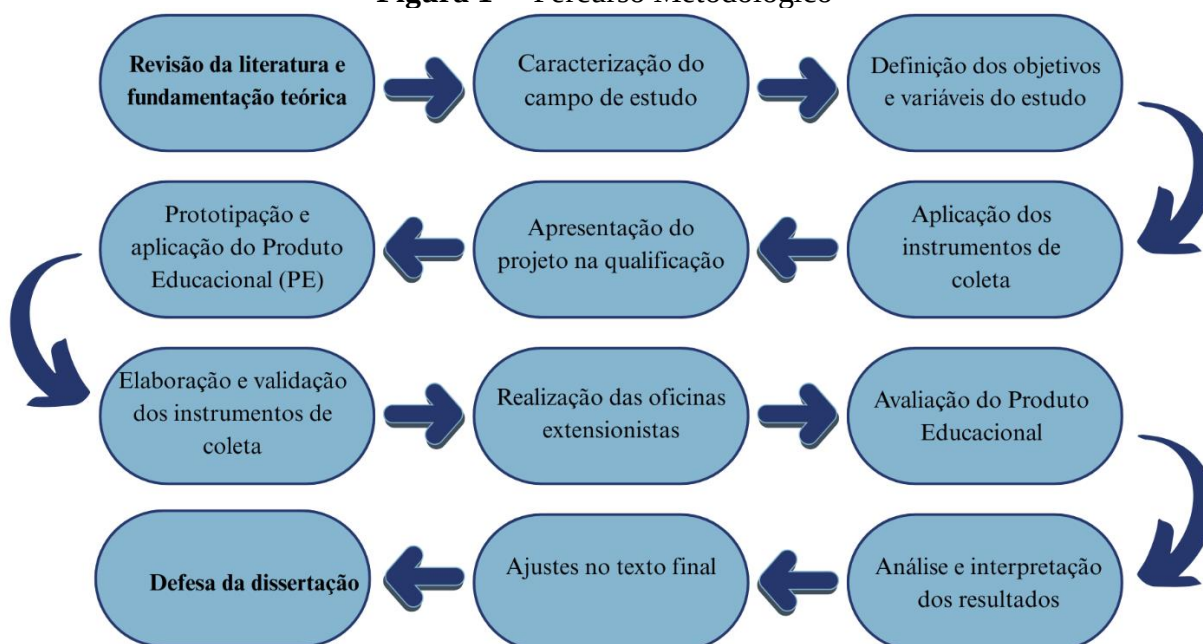
O desenvolvimento desta pesquisa foi organizado em etapas sucessivas, planejadas para assegurar a consistência científica do estudo e sua relevância social e formativa. Cada fase contemplou desde a fundamentação teórica até a construção do Produto Educacional, articulando teoria e prática em diálogo com a realidade da Comunidade Quilombola do Ipiranga e dos discentes do curso técnico em Contabilidade do IFPB. Esse percurso metodológico está representado de forma esquemática na Figura 1.

A pesquisa iniciou-se com a revisão da literatura e a fundamentação teórica, seguida da caracterização do campo de estudo e da definição dos objetivos e variáveis. Em sequência, foram elaborados e validados os instrumentos de coleta de dados, aplicados junto aos participantes para subsidiar a prototipação e a aplicação do Produto Educacional (PE).

Antes de sua implementação, o projeto foi submetido à qualificação, momento em que recebeu ajustes e aprimoramentos sugeridos pela banca. A etapa seguinte consistiu na realização das oficinas extensionistas, que possibilitaram trocas de saberes e experiências entre comunidade e estudantes.

Posteriormente, desenvolveu-se a avaliação do Produto Educacional, assim como a análise e a interpretação dos resultados, permitindo uma compreensão crítica dos impactos do processo. Por fim, o texto foi ajustado e sistematizado, e a pesquisa foi concluída com a defesa da dissertação, ocasião em que os resultados e as contribuições serão apresentados de forma reflexiva e propositiva.

Figura 1 – Percurso Metodológico



Fonte: Elaboração própria (2025).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, abordaremos os principais referenciais teóricos que norteiam nossa investigação, contextualizando-os dentro do campo de estudo e explicitando como esses referenciais se relacionam com a problemática em questão.

3.1 Trajetória da EPT no Brasil

Na história da educação brasileira, um debate constante envolve a comparação entre a relevância da formação acadêmica e da formação voltada para o mercado de trabalho. A formação acadêmica corresponde aos estudos convencionais oferecidos nas instituições de ensino, também conhecida como “propedêutica”, ao passo que a formação para o trabalho objetiva preparar os estudantes para suas futuras carreiras. A tensão entre essas duas abordagens tem se destacado especialmente no ensino técnico e, ao longo dos anos, continua a ser um tema significativo no cenário educacional brasileiro.

De acordo com a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), a educação profissional e tecnológica – EPT está estabelecida como Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação. E, nesta seção, veremos a trajetória da rede Federal de Ensino Técnico no Brasil, analisando desde o contexto histórico do surgimento do Ensino Técnico Federal no Brasil até os fundamentos jurídicos que atualmente o sustentam.

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT, no sentido estabelecido pela legislação brasileira atual, inclui os cursos de nível médio e pós-médio direcionados à preparação para o trabalho, sejam eles do tipo integrado (inclui formação profissional e Ensino Médio em curso único), concomitante (cursos distintos ao mesmo tempo), ou subsequente (formação profissional após conclusão do Ensino Médio), bem como cursos superiores de tecnologia e cursos de formação inicial.

No que se refere à trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, ela se origina no século XIX, quando as primeiras escolas técnicas foram estabelecidas. Um exemplo é a Escola de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, fundada em 1859 por D. Pedro II. Ao longo do século XX, a formação técnica teve ênfase em cursos que atendessem às necessidades da indústria e contribuíssem para o desenvolvimento econômico do país.

No decorrer dos anos, a EPT passou por mudanças significativas, principalmente com a ampliação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que foram estabelecidos a partir de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008). Essas instituições desempenham um papel essencial na formação técnica, tecnológica e profissional de jovens e adultos, pois, além de oferecer uma ampla gama de cursos, que vão desde o ensino médio integrado até a pós-graduação, também desenvolvem projetos de extensão e pesquisa.

Tratando ainda sobre o início das Redes Federais de Ensino Técnico, surgidas no princípio do século XX, temos a criação das Escolas dos Aprendizes Artífices, que foram fundadas com o objetivo de atender à classe menos favorecida, oferecendo educação profissional para órfãos e crianças pobres.

Em 1937, a Lei nº 378, de 13 de janeiro (Brasil, 1937), promoveu mais uma alteração nas EAAs, transformando-as em Liceus Profissionais. Contudo, as mudanças nos Liceus mantinham a dualidade educacional já existente anteriormente, ao permanecer destinando o ensino técnico às classes menos favorecidas.

Em vista disso, Ramos traz uma reflexão importante para dialogarmos com a educação contemporânea.

Em face dessas contradições, é preciso que o ensino médio defina sua identidade como última etapa da educação básica mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetivos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes, jovens e adultos –, reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino (Ramos, 2005 p.6).

Mais adiante, nos anos 2000, surgiram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), cujo intuito era proporcionar aos estudantes uma formação que atendesse às demandas do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea. Todavia, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico desconsideravam a necessidade de uma educação intelectual para esta parcela da população.

Em Ramos (2005), podemos encontrar este trecho, que ilustra a maneira como os modelos educacionais eram deliberadamente adotados em função das elites.

Vemos, então, que a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo. Por isto a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade (Ramos, 2005, p. 2).

Durante a breve história da EPT no Brasil, várias outras mudanças ocorreram, sempre apoiadas por leis específicas para cada momento de nossa história. Com o objetivo de alinhar a educação técnica às demandas do mercado, a educação profissional assumiu um papel fundamentado na competição entre os indivíduos. Desse modo, agravaram ainda mais a separação e a dualidade existentes entre a educação profissional e a educação propedêutica, que anteriormente eram apenas disfarçadas.

Portanto, na EPT, o foco da formação é voltado para a atuação no sistema produtivo, visando à sustentação do capitalismo. No entanto, acreditamos que sua proposta de formação pode desempenhar um papel essencial na vida dos trabalhadores, por meio de uma educação com fundamentos emancipatórios, capaz de superar as limitações de sua concepção.

De acordo com Manacorda, a discussão da EPT pauta-se na mais diversa complexidade, quando ele afirma que:

[...] Por ter caráter histórico, o trabalho cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, que é tanto omnilateral em sua produção quando em seu consumo, e o trabalho não aparece como trabalho e sim como pleno desenvolvimento da própria atividade, na qual desaparece a necessidade natural em sua forma imediata, porque em seu lugar colocou-se uma forma historicamente desenvolvida (Manacorda, 2010, p. 68).

É pertinente dizer que autores brasileiros, como Paulo Freire, um dos mais respeitáveis educadores do país, contribuíram para a discussão sobre a educação no Brasil, enfatizando a importância da educação como instrumento de transformação social. Em suas obras, Freire destacou a necessidade de uma educação que promovesse a reflexão crítica e a conscientização dos indivíduos, o que também se aplica à Educação Profissional e Tecnológica. A respeito disso, o autor destaca: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (Freire, 1987, p.78).

Nessa perspectiva, autores contemporâneos, como Marise Ramos, também contribuem:

[...] discutimos que a possibilidade de construção de um projeto de ensino médio no sentido da formação omnilateral exigia superar sua histórica vinculação – mediada ou imediata – com o mercado de trabalho e tornar os sujeitos educandos o centro das finalidades dessa etapa da educação básica (Ramos, 2004 *apud* Ramos 2005, p. 5).

Conforme o trecho de sua obra, a autora discute a necessidade de mudança na abordagem do ensino médio, afirmando que, para construir um projeto educacional abrangente (omnilateral), é preciso superar a tradicional ligação do ensino médio com o mercado de trabalho. Em vez disso, o foco deve ser direcionado para os alunos (sujeitos educandos),

tornando-os o centro das finalidades dessa etapa da educação básica. Isso sugere uma perspectiva mais centrada no desenvolvimento integral dos alunos, considerando não apenas suas habilidades para o mercado de trabalho, mas também suas necessidades, interesses e potenciais em diversas áreas.

Outro autor, expressivo para a educação e principalmente para EPT, é Anísio Teixeira, defensor da educação pública e da democratização do ensino. Teixeira foi um dos responsáveis pela criação do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), atualmente denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

Sobre a obra de Anísio Teixeira, Cordeiro destaca:

A concretização dos ideais de educação de Anísio Teixeira extrapolou os valores e as práticas da chamada "escola nova" e da "escola ativa", fazendo incursão no sentido da dimensão dialética e histórico crítico que viria desabrochar no Brasil a partir da década de 60, até os anos atuais (Cordeiro, 2001, p. 241).

A partir da elucidação de como se forjou a Educação Profissional no Brasil, podemos partir para o próximo tópico, que se trata de algo ainda mais significativo: a reflexão quanto ao elo entre educação e trabalho e sua relação como princípio educativo.

3.1.1 O trabalho como princípio educativo

Iniciaremos a discussão observando sobre como a progressão dos conceitos de otimização dos meios e objetivos da ação/produção humana, de fato, tiveram implicações na educação tecnológica moderna. No contexto da educação tecnológica, reflete-se quanto à ênfase relacionada à aquisição de habilidades práticas e conhecimentos técnicos, para atender às demandas do mercado de trabalho e promover o desenvolvimento econômico.

Compreendemos que essa evolução trouxe benefícios para a educação tecnológica contemporânea, como o desenvolvimento de currículos voltados à formação de profissionais especializados, capazes de lidar com as demandas tecnológicas e contribuir para a inovação e o avanço científico. A ênfase na racionalização instrumental também incentivou a criação de instituições de ensino técnico e superior voltadas para a formação nestas áreas, aumentando as oportunidades educacionais e profissionais para os estudantes.

Entretanto, também existem profundos efeitos negativos nesse processo. A educação tecnológica contemporânea se tornará um meio para a instrumentalização e a reprodução de conhecimentos técnicos, negligenciando o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas e

reflexivas nos estudantes. A busca por eficiência e controle pode levar a uma padronização dos currículos e métodos de ensino, limitando a diversidade de abordagens e dificultando a adaptação às mudanças rápidas e complexas do mundo tecnológico.

Uma revisão dos acertos e erros dessa evolução pode apontar caminhos para uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT). É fundamental equilibrar a ênfase na formação técnica com a promoção de habilidades, como o pensamento crítico, a resolução de problemas, a colaboração e a criatividade. Além disso, é necessário considerar as dimensões éticas, sociais e ambientais da tecnologia, para formar profissionais responsáveis e conscientes de seu impacto.

Dentro de uma abordagem pensada para a EPT, deve-se incorporar a visão holística do conhecimento, integrando teoria e prática, e promover uma educação permanente, que capacite os indivíduos a se adaptarem às rápidas mudanças tecnológicas. Ademais, é importante considerar as necessidades e interesses dos estudantes, fomentando sua autonomia e engajamento no processo educacional.

A valorização da interdisciplinaridade, da aprendizagem baseada em projetos e do pensamento crítico-reflexivo pode contribuir para uma EPT mais qualificada, capaz de formar profissionais aptos a enfrentarem os desafios contemporâneos, contribuindo de forma significativa para a sociedade. É necessário, portanto, buscar um equilíbrio entre a racionalização instrumental dos meios e fins da ação/produção humana e uma abordagem mais ampla e humanística da educação tecnológica.

Com capitalismo industrial, a ciência deixa de se voltar apenas para o puro conhecimento e passa a se voltar para o desafio de dominar a natureza, uma influência trazida pelo tecnicismo.

No âmbito da teoria do capital humano, Theodore Shultz indica que as escolas podem ser consideradas empresas especializadas em produzir instruções. Hoje, o ideário neoliberal continua ancorado à educação como uma técnica de adaptação ao mundo do mercado. A concepção de sociedade dos políticos e empresários modernos foi revolucionada pela teoria do capital humano, enquanto a maioria buscava simplesmente aumentar a produção, acelerar o ritmo de trabalho e enfatizar a importância das máquinas. Para Schultz, portanto, o desenvolvimento depende menos dos investimentos em capital fixo e mais dos investimentos em recursos humanos (Oliveira; Gennari, 2009, p. 264).

Neste trecho, Shultz (1961, p. 3) enfatiza: “Essa noção de trabalho estava equivocada no período clássico e está evidentemente errada agora”. Nessa lógica, podemos iniciar o debate sobre o trabalho como princípio educativo, que compreende a adoção de uma abordagem

pedagógica, priorizando o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo a construção de conhecimento, habilidades e valores, além de estimular o pensamento crítico, a autonomia e a formação cidadã.

Essa perspectiva educacional não se limita apenas à transmissão de informações, mas também estimula a curiosidade, o questionamento e a capacidade de análise dos alunos. Sobre essa questão, Paulo Freire faz uma reflexão importante em sua obra.

É preciso insistir: este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido (Freire, 2022, p. 25).

Essa concepção de trabalho como princípio educativo, segundo alguns autores, a exemplo de Saviani (1991, p.21), citado por Duarte e Saviani (2012, p.49): “O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. No entanto, podemos compreender que, mesmo diante da imensa urgência em transformar essa realidade, o enfrentamento de obstáculos será constante, devido ao poder dominante do capital.

Sobre esses obstáculos enfrentados, a autora Ciavatta traz algumas ponderações:

[...] não se faz a transposição da educação politécnica das sociedades socialistas para um sistema secularmente dominado pelo capital como a educação no Brasil. As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação, e é incipiente a participação da população na reivindicação de um sistema educacional público, gratuito e de qualidade para todos (Ciavatta, 2014, p.197).

É notável a presença do enfrentamento de um grande desafio, ao longo de muitas décadas, que é a busca de uma educação a serviço do sujeito e não a serviço do capital, fundamentada nas bases de uma educação humana, integral e omnilateral.

Para Antunes (2009), o trabalho, portanto, configura-se como protoforma da práxis social, como momento fundante, categoria originária, em que os nexos entre causalidade e teleologia desenvolvem-se de modo substancialmente novo. E o trabalho, como categoria de mediação, permite o salto ontológico entre os seres anteriores e o ser que se torna social.

Nesse sentido, contemplamos o trabalho como articulação-chave da vida do indivíduo, como ser que se torna parte de uma sociedade e que, para ela, torna-se importante do ponto de

vista de suas relações com o mundo, não somente dentro da perspectiva das relações de trabalho, mas para além disso, nas relações sociais e afetivas.

A obra de Theodor Adorno, “Educação para quê?”, traz um diálogo entre Becker e Adorno acerca da educação, mais precisamente sobre a sua real função ou de que maneira ela está sendo exercida e como deveria ser. Em diversos momentos, criticam o atual modelo, que prioriza a quantidade ao invés da qualidade. Como neste trecho:

Sugiro neste ponto uma pequena reflexão histórica. A importância da educação em relação à realidade muda historicamente. Mas se ocorre o que eu assinalo há pouco — que a realidade se tornou tão poderosa que se impõe desde o início aos homens —, de forma que este processo de adaptação seria realizado hoje de um modo antes automático. A educação por meio da família, na medida em que é consciente, por meio da escola, da universidade teria neste momento de conformismo onipresente muito mais a tarefa de fortalecer a resistência do que de fortalecer a adaptação (Adorno, 2018, n.p.).

Ao final, aponta que o caminho para a educação se tornar realmente transformadora seria uma ruptura consciente de tudo que ela é, para o que deverá se tornar. Nessa mesma ideia, Acácia Kuenzer, em sua obra “O trabalho como princípio educativo”, parte da discussão de que o trabalho sintetiza o conhecimento da teoria e prática, tendo em vista que essa relação se dá em cada estágio a partir de cada projeto hegemônico a que está atendendo.

Na própria sociedade capitalista, integra-se o trabalho como princípio educativo. No entanto, há uma relação de apreensão histórica dessa relação, partindo do ponto de vista de que há um trabalho intelectual pedagógico que serve ao capitalismo.

Sobre esse fato, Kuenzer destaca:

É ingenuidade portanto, pensar ser possível, nas atuais condições, a superação da dualidade estrutural, a partir da escola, posto que ela tem suas raízes na divisão social e técnica do trabalho. É necessário, contudo, iniciar o processo que culminará, nesta superação, para que um passo importante será assegurar a todos o acesso um saber que até agora foi apropriado por uma minoria, a qual, não por coincidência, não é a classe trabalhadora (Kuenzer, 1989, p.23).

Ainda ratificando, o trabalho como princípio educativo se dá em abordagem pedagógica que valoriza a aprendizagem por meio da prática, da experiência e da aplicação dos conhecimentos em situações reais. Nessa perspectiva, o trabalho é considerado não apenas como uma atividade produtiva ou um meio de subsistência, mas também como um instrumento fundamental para o desenvolvimento humano integral.

Historicamente, essa ideia tem suas raízes em pensadores, como John Dewey, que enfatizou a importância da experiência prática e da aprendizagem baseada em problemas e situações do cotidiano. “John Dewey, um dos fundadores da pedagogia progressista,

acreditava no aprendizado através da experiência, argumentando que a educação deve estar conectada à vida real do aluno” (Dewey, 1938, citado por Lamatina, 2023, p.15). Nesse contexto, o trabalho não se restringe apenas às atividades profissionais, mas também inclui atividades como projetos de pesquisa, extensão, voluntariado, arte, esportes e outras formas de engajamento significativo. Logo, o princípio educativo do trabalho reconhece que as pessoas aprendem melhor quando estão envolvidas em projetos concretos e desafiadores, nos quais podem aplicar seus conhecimentos teóricos, experimentar diferentes abordagens e aprender com os erros.

Destarte, o trabalho como princípio educativo também promove a valorização do esforço, da perseverança e do senso de realização pessoal que vem do trabalho bem-feito. Ele contribui para o desenvolvimento da autonomia, da autoconfiança e da capacidade de resolver problemas de forma criativa e eficiente.

Outros pensadores também contribuíram significativamente para a compreensão do trabalho como princípio educativo, e um exemplo importante é o filósofo italiano Antonio Gramsci, que desenvolveu a ideia de educação como práxis, ou seja, como a integração entre teoria e prática na transformação social.

Na perspectiva de Gramsci, o trabalho não é apenas uma atividade produtiva, mas uma atividade humana criativa que envolve a construção de significados, valores e relações sociais. O filósofo Gramsci defende uma escola única, elementar e média, que, até o momento da preparação profissional, forme o jovem como pessoa “[...] capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (Gramsci, 1977, p. 1547, citado por Dore, 2014, p. 303).

Dessa forma, o trabalho como princípio educativo, na visão de Gramsci, vai além da mera preparação para o mercado de trabalho. Ele enfatiza a importância da formação de sujeitos críticos, capazes de compreender as estruturas sociais e de atuar de forma consciente e transformadora na sociedade.

Neste trecho citado na obra de Monasta, ele deixa clara a sua posição acerca disso:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentânea dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, e não somente um simples orador (...); desde a técnica-como-trabalho passa-se à técnica-como ciência e à concepção humanista da história, sem a qual se permanece “especialista” e não se passa à categoria de “dirigente” (especialista e político)¹⁶ (Gramsci, 1975, citado por Monasta 2010, p.22).

Com efeito, a abordagem do trabalho como princípio educativo oferece uma visão ampla e integrada da educação, destacando a importância do engajamento prático, da reflexão crítica e da participação ativa dos estudantes na construção de um mundo mais justo e igualitário.

As pesquisas desenvolvidas nesse contexto, como as que serão desenvolvidas no ProfEPT, têm um papel crucial na promoção de uma educação crítica e reflexiva. Uma contribuição notável dessa perquisição é a oportunidade de reduzir significativamente a disparidade educacional, especialmente no que diz respeito à implementação de práticas educativas que buscam a emancipação dos indivíduos. Isso se reflete em uma sociedade mais justa, onde a educação é vista como alicerce para uma formação completa, que engloba aspectos humanos, políticos, técnicos e multidimensionais. Essas pesquisas também têm o potencial de inspirar mudanças sistêmicas, criando políticas educacionais mais inclusivas e eficazes, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos e promover uma cultura de aprendizado contínuo e crítico. Esse enfoque integrado da educação, como a proposta pelo ProfEPT e outras iniciativas similares, contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e capacitada, onde cada indivíduo tem a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial.

Em vista disso, pesquisas desenvolvidas nesse âmbito, como a que desenvolverei no ProfEPT, compreende uma notória contribuição, para que, de maneira significativa, possa oportunizar o arrefecimento de um abismo na educação crítico-reflexiva, sobretudo quando se trata da necessidade de práticas educativas, no sentido de buscar ações formativas emancipatórias, contribuindo para uma sociedade mais justa, como base para uma formação humana integral, politécnica e omnilateral.

Nos próximos capítulos, exploraremos como a EPT pode promover uma educação humana integral aos alunos, por meio do empreendedorismo social e da prática extensionista. Isso inclui não apenas qualificações técnicas para o mundo do trabalho, mas também uma formação cidadã sólida, permitindo uma melhor compreensão do seu entorno e incentivando a participação na transformação da sociedade.

3.2 Movimento do empreendedorismo

Nesta etapa, exploraremos um arcabouço teórico essencial para compreender o percurso do empreendedorismo e suas múltiplas facetas. Para isso, aprofundaremos acerca de suas raízes históricas, desde as suas origens econômicas, até as suas manifestações contemporâneas em

diferentes contextos sociais e culturais. Também exploraremos as diversas características que definem os empreendedores, a partir da capacidade de reconhecer oportunidades até a capacidade de assumir riscos e inovar.

Podemos iniciar refletindo sobre o alcance que o empreendedorismo vem alcançando no Brasil. Segundo dados da edição 2022 do relatório da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), publicado pelo Sebrae (ANS, 2023), um percentual de 67% da população brasileira adulta está envolvido com empreendedorismo, seja porque já tem um negócio ou deseja começar a empreender nos próximos três anos. Transformando esses percentuais em números absolutos, representaria um universo de 93 milhões de brasileiros entre 18 e 64 anos, sendo 42 milhões para empreendedores e os outros 51 milhões para potenciais empreendedores. Os empreendedores são aqueles que já tinham um negócio, formal ou informal, e/ou que fizeram alguma ação, em 2022, visando ter um negócio no futuro. Já os potenciais empreendedores consistem na estimativa do número de pessoas adultas (entre 18 e 64 anos) que não têm empreendimento, mas que gostariam de ter um em até três anos.

A partir desses dados, podemos afirmar que o Brasil é um país com uma forte inclinação ao empreendedorismo, especialmente entre aqueles que começam seus negócios por necessidade. Essa característica imanente dos empreendedores por necessidade reflete a capacidade de adaptação e resiliência frente a desafios econômicos e sociais, impulsionando a criação de novos empreendimentos e soluções inovadoras para enfrentar as demandas do mercado e da comunidade.

Isto posto, antes de partirmos para definições mais utilizadas e aceitas, é importante fazer uma análise histórica do desenvolvimento da teoria do empreendedorismo. De acordo com Hishich (1986, citado por Dornelas 2012, p. 19), a palavra “empreendedor” (*entrepreneur*) tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo.

Ainda conforme Hisrich (1986, citado por Dornelas 2012, p. 20), na Idade Média, o termo “empreendedor” referia-se àquele que gerenciava grandes projetos de produção, mas sem assumir grandes riscos, apenas coordenando os recursos disponíveis, geralmente provenientes do governo. No século XVII, começaram a surgir indícios da ligação entre assumir riscos e empreendedorismo, quando empreendedores estabeleciam acordos contratuais com governos para prestar serviços ou fornecer produtos, assumindo exclusivamente os lucros ou prejuízos. Richard Cantillon, um economista do século XVII, é considerado um dos pioneiros a diferenciar empreendedores, que assumem riscos, de capitalistas, que fornecem o capital. No século XVIII, essa distinção entre empreendedor e capitalista consolidou-se, especialmente devido ao início da industrialização. Nos séculos XIX e XX, os empreendedores eram, muitas vezes,

confundidos com gerentes ou administradores, destacados, principalmente, por suas funções econômicas na organização, mas sempre subordinados aos interesses dos capitalistas.

Explorando o conceito de empreendedorismo comum ou empreendedorismo privado, conforme descrito por Nasution *et al.*, citado por Oliveira e Cruz (2016, p.2), podemos afirmar que o empreendedorismo é um processo de valorização da riqueza por meio da inovação e da exploração de oportunidades, demandando habilidades empreendedoras, como assumir riscos e agir de forma proativa.

Para Hisrich (2014, p.7), “Ser um empreendedor significa agir diante de uma oportunidade que vale a pena ser trabalhada.”

Mello Neto e Froes (2002), citado por Oliveira (2004, p.13), trazem um grande destaque no que tange às diferenças elencadas entre Empreendedor privado, Responsabilidade social e Empreendedor social, como podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de empreendedorismo e suas diferenças

EMPREENDEDORISMO PRIVADO	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
É individual.	É individual, com possíveis parcerias.	É coletivo e integrado.
Produz bens e serviços para o mercado.	Produz bens e serviços para si e para a comunidade.	Produz bens e serviços para a comunidade local e global.
Tem o foco no mercado.	Tem o foco no mercado e atende a comunidade, conforme sua missão.	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o retorno aos envolvidos no processo de <i>stakeholders</i> .	Sua medida de desempenho é a transformação social.
Visa a satisfazer as necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio.	Visa agregar valor estratégico ao negócio e a atender expectativas do mercado e da percepção da sociedade/consumidores.	Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las, e a gerar capital social, inclusão e emancipação social.

Fonte: Oliveira (2004), adaptado de Melo Neto e Froes (2002).

Fazendo uma reflexão diante do quadro apresentado, podemos inferir que o ato do empreendedorismo pode assumir diversas formas, cada uma com qualidades e objetivos distintos. O empreendedorismo privado, por exemplo, normalmente, envolve esforços individuais e visa gerar lucro por meio da produção de bens e serviços para o mercado. O sucesso do empreendedorismo privado está diretamente ligado aos ganhos financeiros alcançados pela empresa.

O conceito de empreendedorismo aliado à responsabilidade social corporativa amplia sua perspectiva ao levar em conta não apenas o ganho financeiro, mas também a influência que a empresa exerce na comunidade local. Neste quadro, o foco vai além da simples produção de

bens e serviços para o mercado e, em vez disso, enfatiza a resposta às necessidades da comunidade em alinhamento com a missão da empresa. Isto, muitas vezes, implica a formação de parcerias para cumprir eficazmente os objetivos sociais.

Por sua vez, por meio do empreendedorismo social, os indivíduos são incentivados por uma abordagem coletiva e integrada, caracterizada por transcender a própria individualidade, com o objetivo de abordar questões sociais e promover avanço no âmbito social. Sua principal preocupação é abordar questões sociais e promover o avanço social. O desempenho da métrica não se baseia apenas no aspecto financeiro, mas inclui a transformação social do mundo, promoção da dignidade humana e a geração de capital social e a inclusão.

Estes diferentes tipos de empreendedorismo demonstram a diversidade de modelos de negócios e efeitos que podem ser obtidos por eles. Enquanto o empreendedorismo privado visa, principalmente, ao lucro, o empreendedorismo com responsabilidade social corporativa estende esta filosofia para incluir a responsabilidade com a comunidade em seu entorno e seus diversos *stakeholders*. Já o empreendedorismo social tem como objetivo principal a transformação comunitária em geral, além do desenvolvimento econômico.

O empreendedorismo, quer se trate de empreendedorismo comercial (comum) ou de empreendedorismo social, como se sabe, é uma poderosa força motriz para o desenvolvimento inovador em todos os domínios da sociedade. Neste contexto, é interessante examinar as características comuns entre empreendedores comuns, que se concentram na criação de uma empresa lucrativa, e empreendedores sociais, cujo principal objetivo é ter um impacto positivo na comunidade. Embora os seus objetivos e abordagens possam diferir, os dois tipos de empreendedores partilham qualidades fundamentais que lhes permitem enfrentar desafios, identificar oportunidades e criar soluções significativas para problemas específicos. Neste sentido, examinaremos estas características comuns à luz de alguns autores.

De acordo com Dornellas (2007, p.12), podemos encontrar várias formas de definir o empreendedor, e ele as classifica dessa maneira:

- a) **Empreendedor nato:** fundamenta-se na habilidade de negociação, habilidade em vendas, visão de futuro otimista e comprometimento para realizar os próprios sonhos;
- b) **Empreendedor que aprende:** aquele que, ao se deparar com uma oportunidade de negócio, decide aprender a gerir o próprio empreendimento;
- c) **Empreendedor serial:** aquele para quem um único empreendimento não é suficiente e se dedica a implementar negócios;

- d) **Empreendedor corporativo:** aquele que atende às necessidades de inovação, renovação e criação de novos negócios em empresas estabelecidas no mercado, onde os riscos são assumidos com autonomia limitada;
- e) **Empreendedor social:** aquele que se propõe à missão de melhorar o mundo e criar oportunidades para os outros, com foco em resultados sociais;
- f) **Empreendedor por necessidade:** aquele que cria o próprio negócio, formal ou informal, por estar desempregado ou sem alternativa;
- g) **Empreendedor como herdeiro:** aquele que aprende a empreender para assumir empreendimento iniciado por gerações anteriores de algum familiar.

Essas categorias mostram a diversidade de perfis e motivações que podem estar por trás do empreendedorismo, evidenciando que empreendedores podem surgir e se desenvolver em diferentes contextos e por diferentes razões.

Conforme Timmons (1990), citado por Dornellas (2012, p.7), “O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX.”

Diante desses apontamentos trazidos em torno do empreendedorismo em aspecto mais global, podemos avançar para contemplar com mais detalhes o empreendedorismo social, o qual é parte essencial para este trabalho.

3.2.1 Empreendedorismo Social

O tema empreendedorismo social é novo em seus estudos e definições, mas, de fato, suas ações já são praticadas há algum tempo. Segundo Oliveira (2004, p.3), “Especialistas afirmam que Martin Luther king e Mahatma Gandhi já o praticavam, apontando as suas características de liderança e inovação, assim como as transformações sociais trazidas através desses e outros líderes”.

Não somente no Brasil, mas no mundo, esse tema é pouco desenvolvido, por isso causa muita confusão com outros termos, como responsabilidade social e empreendedorismo privado ou comum, por exemplo. Então, para dirimir as dúvidas, trataremos essa conceituação.

De acordo com Grisi (2008, p.6), “O conceito de empreendedorismo social surge como uma nova forma de olhar para o empreendedorismo.” O empreendedor social utiliza características peculiares em proveito da sociedade, um envolvimento direto com a comunidade, no intuito de desenvolvê-la.

Já de acordo com Ashoka Empreendedores Sociais e Mackisey e Cia. INC (2001), citado por Oliveira (2004, p.11):

Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais pela inovação, pela força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, destacando-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, capacidade de sonhar e uma habilidade para o imprevisto.

Conforme os estudos de Silva, Lessa e Ferreira (2019, p.11), “O empreendedorismo social entendido para além de um conceito e inserido como movimento massivo transformador tem como aliado, para fortalecê-lo rumo à transformação social e ambiental, a Agenda 2030, que contém os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.

De acordo com a Organização da Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são marcos importantes no cenário global para promover um desenvolvimento sustentável e equitativo em todo o mundo. A Agenda 2030 foi adotada em setembro de 2015 durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, e os ODS são um conjunto de 17 objetivos e 169 metas interconectados que abordam questões fundamentais para a humanidade.

Segundo a ONU (2024), segue uma breve descrição de cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- a) **Erradicação da Pobreza:** acabar com a pobreza em todas as suas formas, garantindo o acesso a recursos básicos, como comida, água e saúde.
- b) **Fome Zero e Agricultura Sustentável:** acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
- c) **Saúde e Bem-Estar:** assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as idades, incluindo acesso a serviços de saúde de qualidade.
- d) **Educação de Qualidade:** garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
- e) **Igualdade de Gênero:** alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, promovendo a participação igualitária em todas as esferas da vida.
- f) **Água Limpa e Saneamento:** garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos, promovendo práticas de uso eficiente.

- g) **Energia Limpa e Acessível:** assegurar o acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos, promovendo a eficiência energética.
- h) **Trabalho Decente e Crescimento Econômico:** promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, proporcionando emprego digno para todos.
- i) **Indústria, Inovação e Infraestrutura:** construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- j) **Redução das Desigualdades:** reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, promovendo políticas inclusivas e medidas para inclusão social.
- k) **Cidades e Comunidades Sustentáveis:** tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- l) **Consumo e Produção Responsáveis:** assegurar padrões sustentáveis de produção e consumo, promovendo práticas responsáveis em todos os setores.
- m) **Ação Contra a Mudança Global do Clima:** tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, mobilizando esforços para limitar o aquecimento global.
- n) **Vida na Água:** conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- o) **Vida Terrestre:** proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação do solo e deter a perda de biodiversidade.
- p) **Paz, Justiça e Instituições Eficazes:** promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- q) **Parcerias e Meios de Implementação:** fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, mobilizando recursos financeiros, técnicos e humanos para alcançar os ODS.

Cada um desses objetivos é interligado e crucial para a construção de um mundo mais sustentável e equitativo até 2030.

Podemos observar na Figura 2 a seguir, um resumo das 17 ODS e seus respectivos símbolos:

Figura 2 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Nações Unidas Brasil, 2024.

Como observado, essa agenda busca enfrentar os desafios globais mais prementes, incluindo pobreza, fome, desigualdade, mudanças climáticas, degradação ambiental, paz e justiça. Cada objetivo tem metas específicas a serem alcançadas até 2030.

A partir de então, há uma nova e complexa visão a respeito do empreendedorismo praticado na contemporaneidade, trazido da visão de Marins (2018), citado por Silva, Lessa e Ferreira (2019 p.12), ao defender o empreendedorismo social como movimento massivo transformador, que questiona a abordagem da economia clássica, quando essa propõe que a ação empreendedora deve ser eticamente neutra, dentro de uma visão de mercado também moralmente neutro. Tal argumento emerge da compreensão de que o processo histórico e cultural da humanidade chegou a uma condição que exige um novo posicionamento teórico, refletindo valores estruturantes mais condizentes com as demandas da atualidade.

Pela visão de Anastacio, Cruz Filho e Marins (2018, p.9).

Ser empreendedor social significa fazer parte de um movimento transformador massivo. A explicação de como foi possível chegar a essa conclusão e o que isso significa envolve diversos elementos, tanto da teoria econômica – como o problema da inserção da ética no conceito de empreendedor – como da própria teoria do empreendedorismo social vista enquanto movimento cívico.

Partindo desse olhar, percebe-se, de maneira objetiva, que o empreendedorismo social difere essencialmente do empreendedorismo privado, no sentido de que deixa de buscar um fim em si mesmo e parte para algo mais complexo e desafiador, a compreensão das dificuldades na sociedade contemporânea, intervindo como propulsora de melhorias e mudanças significativas na mesma.

Nessa perspectiva, Abramovay (2012) destaca a importância desse campo: “O empreendedorismo social é a expressão mais visível de um novo modo de produzir, no qual o valor não é só econômico, mas também social e ambiental.”

O empreendedor social não busca apenas o sucesso pessoal, mas, sim, o impacto positivo em sua comunidade e no mundo como um todo. Eles são visionários que acreditam na possibilidade de mudança e agem de forma proativa para torná-la realidade. Por meio de iniciativas inovadoras, parcerias estratégicas e uma visão de longo prazo, o empreendedorismo social está contribuindo significativamente para a construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todos.

Diversos autores, tais como Dees (1998), Alvord; Brown; Letts (2002), Oliveira (2004), Seelos; Mair (2005), Silva; Teixeira (2013), Corrêa; Teixeira (2015), apresentam perspectivas distintas em relação ao empreendedorismo social, refletindo a complexidade e a diversidade desse campo. Enquanto alguns enfatizam a importância das habilidades individuais do empreendedor social, outros destacam o papel do ambiente econômico e social na formação de novos negócios. Há também aqueles que enfatizam a inovação como motor fundamental para o empreendedorismo social, contrastando com aqueles que valorizam a adaptação e a execução eficiente de ideias existentes. Essa variedade de abordagens enriquece o debate e contribui para uma compreensão mais completa desse fenômeno.

Podemos observar, no Quadro 2, com base em Silva (2018), como vários autores compreendem o empreendedorismo social em perspectivas peculiares.

Quadro 2 – Definições sobre empreendedorismo social

AUTOR/ANO	DEFINIÇÃO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL
Dees (1988)	Combina com a paixão de uma missão social com uma imagem disciplinada de negócios, inovação e determinação comumente associadas com os pioneiros do Vale do Silício. Instituições do setor social, algumas vezes são vistas como ineficientes, ineficazes e insensíveis. Empreendedores sociais são necessários para o desenvolvimento de novos modelos para um novo século.
Alvord; Brown; Letts (2002)	Empreendedorismo social cria soluções inovadoras para problemas sociais, mobiliza ideias, capacidades, recursos e arranjos sociais requeridos por transformações sociais e sustentáveis a longo prazo.
Oliveira (2004)	Empreendedorismo social é uma ação inovadora voltada para o campo social cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento.
Seelos; Mair (2005)	O termo empreendedorismo social é utilizado para se referir ao rápido crescimento do número de organizações que criaram modelos eficientes para necessidades básicas do ser humano, que existentes mercados e instituições falharam em satisfazer.
Silva; Teixeira (2013)	Empreendedores sociais desempenham o papel de agentes de mudança no setor social envolvendo-se em um processo constante de inovação, adaptação e aprendizagem.
Corrêa; Teixeira (2015)	O empreendedorismo social está comumente vinculado às atividades empresariais que incorporam uma finalidade social em sua missão.

Fonte: Elaboração própria, com base em Silva (2018).

Desse modo, para se compreender melhor o termo, enquanto o empreendedorismo empresarial ou privado está preocupado em gerar apenas lucros, o empreendedorismo social, também chamado de negócio social, está preocupado com a redução da pobreza ou outros problemas (em áreas como educação, saúde, acesso à tecnologia e meio ambiente) que ameaçam as pessoas e a sociedade. Um grande exemplo, no empreendedorismo social mundial, é o bengalês Muhammad Yunus, um empreendedor social e ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006, resultado de sua experiência pioneira em fornecer microcrédito para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social em seu país, Bangladesh (Yunnus, 2006). Essa experiência espalhou-se pelo mundo, e hoje são centenas de milhares de pessoas beneficiadas com iniciativas semelhantes.

No Brasil, segundo Oliveira (2004), o empreendedorismo social ganhou mais destaque a partir dos anos 1990, com a criação de entidades sem fins lucrativos e muitas iniciativas individuais, que focavam no bem-estar social, observando as dificuldades pelas quais o país passava naquele momento. Nesse contexto, vários projetos foram criados por organizações não governamentais, projetos esses voltados para ajudar a solucionar os problemas sociais de uma coletividade. Como exemplo, tem-se a Ação Comunitária, idealizada pelo sociólogo Herbert de Sousa (Betinho), com o intuito de diminuir a fome do Brasil. Outro bastante mencionado foi criado por Rodrigo Baggio, que buscava promover a inclusão social por meio da informática, exercitando a cidadania.

Nesse sentido, o empreendedorismo pode ser considerado uma nova forma de gestão, quebrando paradigmas e promovendo uma intervenção social ampla e significativa quando integra os vários atores da sociedade e faz com que exista uma cadeia de ações, desde a concepção da ideia até a multiplicação desses impactos em outros lugares do mundo.

De acordo com Bessant e Tidd (2009, p. 350), o empreendedorismo social é um campo inovador que busca enfrentar desafios sociais e ambientais por meio da aplicação de princípios empreendedores, para criar soluções duradouras e impactantes. O que o diferencia do empreendedorismo tradicional é a ênfase na busca por um impacto social positivo, ao mesmo tempo em que se procura a viabilidade financeira e a autossustentabilidade.

Nessa perspectiva, observávamos que o empreendedorismo social compreende a identificação de problemas sociais ou ambientais, a geração de ideias inovadoras, a implementação de projetos ou negócios e a avaliação do impacto gerado. Os indivíduos engajados nessa área desempenham o papel de agentes de transformação, atuando para melhorar a sociedade e o meio ambiente de maneira sustentável e criativa.

Para além da preocupação em obter lucros, a atividade do chamado setor 2.5² se dá na geração de valor para a sociedade, amparados nos Objetivos Sustentáveis promovidos pela ONU.

Com a compreensão dos conceitos acerca do empreendedorismo social, podemos seguir para o próximo tópico, elucidando sobre o papel da prática extensionista no âmbito da EPT.

3.3 A extensão universitária como elemento fundamental para a formação humana em geral

3.3.1 Extensão universitária: evolução histórica, conceitos e importância

A prática da extensão universitária tem raízes profundas que remontam a séculos de história. Desde seus primórdios, ela se manifestou em diversos contextos, adaptando-se às demandas e desafios sociais de cada época. Ao longo do tempo, evoluiu para abranger uma ampla gama de atividades e iniciativas, refletindo a constante interação entre a academia e a sociedade.

Durante o período da Idade Média na Europa, as universidades desempenhavam um papel fundamental na propagação do saber entre os eruditos e a população em geral. Esse compartilhamento de conhecimento, mesmo, a princípio, restrito a uma elite intelectual, foi precursor do que mais tarde seria reconhecido como extensão universitária. Além de serem reconhecidas como importantes polos acadêmicos, as universidades assumiram a responsabilidade de difundir o conhecimento acumulado e também de atuar como agentes de transformação social.

De acordo com Rocha (2001), citado por Oliveira e Goulart (2015, p.10):

[...] se reportam a um tipo arcaico de extensão universitária surgido nas universidades medievais. Estas realizavam ações de caráter religioso e filantrópico ao levar seus conhecimentos às classes mais pobres. Esses modelos “arcaicos” representam uma fase “pré-extensionista” caracterizada pelo assistencialismo.

Esse movimento extensionista tornou-se mais reconhecido na Europa, quando a extensão universitária buscou, também, por meio da prestação de serviços, diminuir a pressão dos movimentos sociais, formados por grupos de intelectuais de Universidades Populares

² O setor 2.5, o chamado setor 2.5, mistura atividades lucrativas e um impacto positivo nas populações de baixa renda, criando um alto valor social, pois reúne empresas que estão na interseção entre os empreendimentos privados (segundo setor) e as organizações sem fins lucrativos (terceiro setor) (Batista, 2012, citado por Silva, 2017).

Europeias e setores marginalizados. Destaca-se o protagonismo da Universidade de Oviedo, na Espanha. Apesar do caráter social e político desses movimentos, suas reivindicações mantinham-se no nível de prestação de serviços ao propor a oferta de “cursos livres, programas de melhoramento dos trabalhadores e de difusão cultural” (Rocha, 2001, citado por Oliveira e Goulart, 2015, p.3).

Já na América Latina, o movimento de reforma da extensão universitária teve seu início na Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918. Esse movimento foi impulsionado por estudantes que elaboraram um manifesto detalhando suas demandas. Conforme Corte, Gomez e Rosso (2018, p.3), “Eles lutavam contra uma universidade tradicional e obsoleta, a qual denominavam “claustro”, devido à intervenção religiosa na instituição e “refúgio de medíocres” quando se referiam às rígidas cátedras permeadas pelo autoritarismo docente e pelo ensino dogmático.”

Os movimentos na América Latina seguem em curso, e um marco importante para a extensão ocorreu no México em 1972, com a Segunda Conferência Latino-Americana de Extensão Universitária e Difusão Cultural. “Esse evento representou um momento de grande importância histórica, centrado nas políticas de extensão que consideravam a situação da sociedade e a relação entre Universidade e sociedade como parâmetros fundamentais de discussão” (Corte; Gomez; Rosso, 2018, p. 5).

No Brasil, a extensão universitária consolidou-se como um dos pilares da chamada tríade universitária, ao lado do ensino e da pesquisa. No entanto, sua formalização como política pública ocorreu de maneira mais significativa a partir da década de 1960, com a criação das universidades federais e a implementação de programas de extensão, voltados para o desenvolvimento regional e social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, reconheceu oficialmente a extensão como uma das finalidades da educação superior no país, fortalecendo seu papel na formação de cidadãos críticos e engajados.

Segundo Thiollet, Santos e Imperatore (2022, p. 27):

As primeiras experiências extensionistas brasileiras atrelam-se aos modelos exógenos de universidade, europeus e norte-americano, marcadamente identificados por cursos, processos de educação popular e de adultos, debates filosóficos e de temáticas cotidianas e prestação de serviços.

O compromisso social das universidades só despontou entre os anos 1950 e 1960, a partir de um movimento estudantil denominado União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como ocorreu em Córdoba (Gadotti, 2017).

De acordo com Oliveira e Goulart (2015), antes de ser oficialmente integrada à tríade Ensino-Pesquisa-Extensão pela Constituição de 1988, a Extensão no Brasil experimentou uma evolução significativa, atravessando diversas etapas, desde uma abordagem assistencialista até a sua forma contemporânea, que enfatiza a interação dialógica entre as instituições de ensino e os diversos setores da sociedade.

Durante sua trajetória histórica, um momento de grande relevância aconteceu em 1987, quando ocorreu o FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras), o qual elaborou a concepção processual de Extensão Universitária: “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 1987, p.11, citado por Corte, Gomez e Rosso, 2019, p.13).

Em princípio, a extensão era realizada como uma atividade assistencialista e com uma percepção de transmissão de conhecimento. No entanto, essa concepção começa a ser superada ao atrelar a extensão ao que chamamos de tripé da educação ensino-pesquisa-extensão. Segundo Gomez (2018, p.46), “Essa conceituação supera a ideia da Extensão como mero assistencialismo, transmissão de conhecimento ou como atividade complementar dissociada da pesquisa e do ensino”.

Fazendo uma breve revisitação à história da extensão, podemos destacar, como principais marcos da extensão universitária no Brasil, o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 (Brasil, 1931), que estabelecia as bases para essa prática, enfatizando a importância de cursos e conferências educacionais para promover o aperfeiçoamento individual e coletivo.

Mais adiante, com a visão ampliada e aprimorada, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (Brasil, 1968), expandiu o conceito de extensão universitária, destacando a necessidade de estender à comunidade os resultados da pesquisa e as atividades de ensino.

A respeito do período da década de 1960, Santos e Magalhães (2019, p.15) afirmam:

Duas ações, uma de cunho assistencialista, o projeto Rondon e outra de cunho difusionista de inovações, capitaneada pelo EUA, denominada modernização conservadora da agricultura (revolução verde), marcariam de forma significativa a atuação extensionista brasileira.

Em seguida, o plano de trabalho de extensão universitária de 1978 evidenciava a importância de a instituição de ensino superior se conectar com organizações e populações, promovendo um ciclo de retroalimentação entre ensino, pesquisa e extensão.

Essa abordagem foi reforçada pela Política Nacional de Extensão Universitária FORPROEX de 2012, que ressaltou a interdisciplinaridade e a interação transformadora entre a universidade e a sociedade como pilares essenciais da extensão (FORPROEX, 2012, p. 15).

E, recentemente, a Resolução CNE 07/2018 (Brasil, 2018) consolidou e atualizou esses conceitos, integrando a extensão à matriz curricular e à organização da pesquisa nas instituições de ensino superior. A extensão passa a ser vista como um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico, promovendo a interação transformadora entre a academia e os diversos setores da sociedade.

Assim, ao longo dos anos, a extensão universitária no Brasil evoluiu, adaptando-se às necessidades e desafios contemporâneos, mas mantendo seu propósito fundamental de contribuir para o desenvolvimento social e humano.

3.3.2 Diálogos entre extensão e formação humana integral

Neste tópico, faremos uma reflexão em torno do diálogo entre extensão universitária e formação humana integral, elementos fundamentais para compreendermos o papel transformador da educação na sociedade contemporânea. A extensão universitária, entendida como uma prática acadêmica que promove a interação entre a universidade e a comunidade externa, tem o potencial de contribuir significativamente para a formação integral dos indivíduos.

Podemos citar a compreensão do autor Paulo Freire, quando afirma: “Que pela comunicação, a atividade extensionista estará contribuindo para superação da dimensão bancária domesticadora da educação” (Freire, 1971, citado por Melo Neto, 2014, p.71).

De acordo com FORPROEX (2012, citado por Sá, 2020, p. 32):

A extensão consiste, dessa forma, em umas das possibilidades de se concretizar uma formação integral, *omnilateral* e emancipadora do sujeito. Diante do exposto, um aspecto a ser considerado permeia a dimensão “Impacto na formação do estudante”, pois tem-se uma expectativa quanto às contribuições das atividades de extensão na sua formação profissional e pessoal. O contato com questões para além da sala de aula amplia as referências que o estudante tem para sua formação e enriquece a experiência discente no que diz respeito às questões teóricas e metodológicas, assim como as relativas aos aspectos éticos e solidários.

Cabe refletir que, em todas essas esferas (global, latino-americana e brasileira), a extensão universitária continua a evoluir, adaptando-se aos desafios contemporâneos e buscando novas formas de promover o diálogo entre academia e sociedade. Em um mundo cada

vez mais interconectado e complexo, a extensão universitária permanece como uma ferramenta fundamental para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Ainda há um grandioso caminho a trilhar e muitos desafios a superar, do ponto de vista do verdadeiro cumprimento da missão que rege a extensão, no que tange às principais raízes desta missão. Quanto a isso, com muita assertividade, Gadotti (2017, p. 17) coloca:

Os alunos precisam conhecer o entorno da universidade, ir até os lugares mais empobrecidos. Precisam conhecer as favelas, prisões, hospitais, escolas, igrejas... precisam descobrir in loco como vivem os brasileiros, as mulheres, as crianças, os doentes, os idosos. A realidade, o mundo é nosso primeiro grande educador.

Essas abordagens evidenciam a amplitude e a importância da extensão universitária na interação entre a academia e a sociedade. Por meio da extensão, as instituições de ensino podem promover o diálogo, a troca de conhecimentos e o engajamento com as demandas e necessidades sociais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a cidadania. Portanto, é essencial fortalecer e integrar cada vez mais a extensão como parte essencial da missão das universidades, consolidando sua função transformadora e seu compromisso com o bem-estar coletivo.

Assumpção e Leonardi (2016, p. 462), citado por Gadotti (2017, p.3) apontam:

Historicamente, aquilo que ocorre no âmbito da universidade brasileira e não é caracterizado como ensino regular ou pesquisa, é definido como extensão. Por isso, temos a extensão como curso não regular, a extensão como serviço e prestação de serviço, a extensão efêmera como assistência, a extensão como responsabilidade social e a extensão como ação política.

O autor Demerval Saviani (2007) argumenta que o trabalho, em seu sentido ontológico, é um aspecto fundamental que diferencia os seres humanos das outras espécies. Para ele, o ser humano se constitui por sua capacidade de intervir na natureza, transformando-a, conforme suas necessidades e objetivos. Essa capacidade de transformação, que se manifesta por meio do trabalho, é um dos elementos essenciais da condição humana. Ao analisar a relação entre trabalho e educação, Saviani destaca a importância de compreender os sujeitos como seres capazes de transformar suas realidades por meio da interação social. Nessa perspectiva, a educação não é apenas um processo de transmissão de conhecimentos, mas, sim, uma prática que visa formar indivíduos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Para ele, a educação deve estar voltada à formação de sujeitos emancipados, capazes de compreender e transformar o mundo em que vivem. Isso implica não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas

também o desenvolvimento de habilidades sociais, éticas e políticas que permitam aos indivíduos participarem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido também, a extensão universitária cumpre esse papel de formar para a vida, e não somente para a profissão, compreendendo que, a partir de uma reflexão, o sujeito pode ser emancipado.

Sobre esse aspecto, o autor Boaventura Souza Santos (2014, p. 73) contribui:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

A formação humana integral é entendida como um processo educativo que busca o desenvolvimento completo do ser humano em suas múltiplas dimensões, intelectual, ética, social, emocional e política. Ela transcende a simples aquisição de conhecimentos técnicos e instrumentais, propondo uma educação voltada à emancipação e à autonomia dos sujeitos. Nessa perspectiva, Saviani (2003, p. 79) destaca que “a educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Assim, a formação integral implica compreender a educação como um espaço de humanização, no qual o aprender se conecta à vida, ao trabalho e à cidadania. É nesse sentido que a extensão universitária assume um papel essencial, pois cria oportunidades concretas para que o estudante relacione teoria e prática, vivenciando o compromisso social da universidade e ampliando sua compreensão crítica do mundo e de si mesmo.

Assim, a perspectiva dos autores ressalta a importância de uma educação que não apenas prepare os indivíduos para o mundo do trabalho, mas também os capacite a serem agentes de transformação social. É por meio dessa visão ampla e integradora da educação que se pode contribuir efetivamente para a emancipação humana e o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e solidária.

3.3.3 A política de extensão do IFPB

Dito isso, partimos para a compreensão do funcionamento da Extensão Universitária nos Institutos Federais, especialmente no IFPB (Instituto Federal da Paraíba). Segundo a

Resolução 96/2021 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB (IFPB, 2021), a extensão é fundamentada em princípios que visam integrar o conhecimento produzido na academia com as demandas e realidades da sociedade. Essa integração é essencial para promover a democratização do acesso ao conhecimento e contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades atendidas.

Nesse sentido, Gadotti (2017, p. 3) aponta a LDB de 1996 (Lei 9.394/96), que, de acordo com o preceito constitucional de 1988, reforçou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, a práxis extensionista continuou desvinculada da função acadêmica.

Em 2018, o CNE (Conselho Nacional de Educação) definiu como obrigatória a extensão na graduação e estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regimentando o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 (Brasil, 2018).

Em seu Artigo 4º, deixa claro e estabelece que, pelo menos, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação deve ser dedicada às atividades de extensão, que são parte integrante da formação dos estudantes e visam aplicar o conhecimento acadêmico para beneficiar a comunidade: “Art. 4º – As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (Brasil, 2018).

Deste norte, infere-se que os Institutos Federais, sendo parte desse contexto, também precisariam se adequar a essa resolução. No contexto dos Institutos Federais, a Extensão é regida por legislações específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei dos Institutos Federais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada instituição, entre outras normativas. Essas diretrizes estabelecem os objetivos e as formas de atuação da Extensão, garantindo sua relevância e impacto na sociedade.

De acordo com Araújo e Melo (2016, p.188), “A extensão tecnológica nos Institutos Federais confunde-se com um setor destinado as relações empresariais comuns nas Escolas Técnicas, que a partir de 1999 foram chamadas de CEFETs”. A partir dessa evolução, os Institutos Federais passaram a estabelecer relações mais próximas com o setor empresarial. Isso se manifesta em parcerias para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, inovação e transferência de tecnologia, que têm impacto direto no desenvolvimento regional e nacional.

Dentro do IFPB, a Extensão Universitária materializa-se em projetos, programas e ações das mais diversas naturezas, as quais promovem a interação entre a instituição e a comunidade externa. Essas iniciativas podem envolver áreas como educação, cultura, saúde, meio ambiente, tecnologia, empreendedorismo social, entre outras. Alguns exemplos práticos são os projetos

Qualifica Mais Progredir; Projeto Qualifica Mulher; Qualifica Mais Energif, Programa Mulheres Mil, os quais buscam o diálogo com as comunidades em situação de vulnerabilidade, voltados, em sua maioria, às mulheres. Neles, as iniciativas têm como objetivos aprimorar e aumentar o número de profissionais disponíveis nos diversos setores por meio de programas de capacitação profissional.

A Política de Extensão do IFPB aprovada pelo Conselho Superior do Instituto (Resolução 96/2021 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB) aponta os princípios que norteiam suas políticas extensionistas:

CAPÍTULO IV: Cidadania e trabalho como base da educação profissional; Extensão como renovadora da vida acadêmica e institucional; Protagonismo estudantil; Construção coletiva do saber de forma intermulti, transdisciplinar e interprofissionais; Indissociabilidade e horizontalidade das políticas de ensino, pesquisa e extensão; Compromisso social e transformador do IFPB com as demandas da sociedade; Territorialidade e intersetorialidade; Cultura de paz e o respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural (IFPB, 2021).

Um dos princípios norteadores da Extensão nos Institutos Federais é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme destacado por Tauchen (2009, p. 93):

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo.

Além disso, a Extensão no IFPB também se baseia em referenciais teóricos, que valorizam a relação dialógica entre a academia e a sociedade, como proposto por Santos, Imperatore e Thiollent (2022). Ao colocar estudantes, professores e participantes de uma ação extensionista em contato direto com as comunidades, a extensão universitária permite a formação humana desses sujeitos, pois ninguém aprende a ser solidário ou a respeitar os direitos do outro só lendo livros.

4 ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 A Comunidade Quilombola do Ipiranga e suas experiências empreendedoras

Esta etapa da pesquisa buscou atender ao primeiro objetivo específico proposto: “levantar as principais necessidades advindas da Comunidade Quilombola do Ipiranga, referentes à temática do empreendedorismo social”.

A primeira categoria a ser analisada para atingir o objetivo específico supracitado foi a **compreensão do empreendedorismo**, construída a partir das respostas às perguntas do questionário que solicitavam aos participantes que definissem, em suas próprias palavras, o que entendiam por empreender e qual a importância dessa prática no cotidiano da comunidade. Tais ênfases foram percebidas por meio dos seguintes depoimentos extraídos das entrevistas:

Empreendedorismo é um mundo de possibilidades. Vai do artesanato à confecção de bonecas, produção de marreta, bijoias, sanitivos e geleias (Quilombola R., informação verbal).

Pra mim é um mundo de várias possibilidades! Pra empreender, precisa ter a mente mais aberta para saber como aquilo impacta na vida (Quilombola F., informação verbal).

É a condição que nós temos de desenvolver uma prática de venda, trazendo arrecadação para a renda familiar (Quilombola M. A., informação verbal).

Os relatos evidenciam que, para os participantes, o empreendedorismo assume um sentido que vai além da simples geração de renda, mas representa, sobretudo, uma possibilidade concreta de transformação social, fortalecimento da autonomia e preservação da identidade cultural. Essa compreensão amplia o olhar sobre o empreender, aproximando-o do conceito de

empreendedor social descrito por Dornelas (2007, p.12), que destaca: “aqueles que buscam criar oportunidades para o coletivo, visando a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento local”.

Apesar das dificuldades enfrentadas, como infraestrutura limitada e baixa mobilização comunitária, observa-se um potencial significativo ancorado em saberes tradicionais e práticas culturais. Logo, o fortalecimento desse empreendedorismo comunitário depende da implementação de políticas e práticas educativas que valorizem a memória coletiva e estimulem a inovação. Nessa perspectiva, Freire (1987, p.78) defende “uma educação crítica, capaz de formar sujeitos conscientes e engajados na transformação da realidade em que vivem, tornando-se protagonistas de sua própria história”.

Outra categoria investigada foi a *Importância do empreendedorismo para a comunidade e impacto das ações empreendedoras na renda*, que emergiu a partir das respostas às questões que perguntavam “Por que o empreendedorismo é importante para a comunidade?” e “Qual impacto ele tem para além da renda?”. Neste sentido, foram observados os seguintes depoimentos que sustentam esta categoria:

Leva nossa cultura, o nome da comunidade, algumas das nossas tradições e o mais precioso: a permanência da nossa ancestralidade (Quilombola R., informação verbal).

Não é só lançar o produto, mas dar visibilidade ao local onde ele é desenvolvido (Quilombola M. A., informação verbal).

Serve de exemplo, principalmente para as mães solo, pra gente não depender só do que é dado (Quilombola A., informação verbal).

As falas dos participantes revelam que o empreendedorismo, para além de uma atividade econômica, assume um papel de afirmação cultural e identidade coletiva. A comunidade se expressa de maneira a unir a expressão cultural e suas práticas empreendedoras, conectando ancestralidade à economia local. Essa perspectiva mostra que empreender é visto não apenas como fonte de renda, mas como forma de resistência, criatividade e preservação de saberes tradicionais.

Essa compreensão dialoga com Gramsci (1975, citado por Monasta, 2010, p. 22), ao destacar que o sujeito crítico deve ir além da técnica como simples trabalho, transformando-a em ciência e em concepção humanista da história, tornando-se protagonista de sua própria realidade. Nesse sentido, empreender passa a ser também um ato educativo e transformador, como aponta Manacorda (2010), ao defender que o trabalho tem caráter histórico e contribui para o desenvolvimento de uma omnilateralidade, articulando cultura, memória e inovação na construção de autonomia coletiva.

A categoria intitulada *Dificuldades para empreender e desenvolver projetos locais* foi identificada a partir das perguntas do questionário que investigavam “Quais são as maiores dificuldades para empreender?” e “O que dificulta o desenvolvimento de projetos locais?”. Neste sentido, destacam-se os seguintes depoimentos:

A Biojóias se resumiu em quatro pessoas de um grupo de 23 mulheres (Quilombola A., informação verbal).

A comunidade deixa a desejar, não apoia os filhos e netos da própria comunidade (Quilombola F., informação verbal).

A internet é precária. Muita gente quer pagar no cartão e a gente não consegue (Quilombola M.A., informação verbal).

Tem que sair com antecedência de 3h pra comprar fruta e é mais 3h pra voltar (Quilombola R., informação verbal).

Os participantes relataram obstáculos de ordem estrutural, como problemas de transporte, internet instável e dificuldade de acesso a insumos, que comprometem a produção e a comercialização. Também foi evidenciada a desmotivação de parte da comunidade, a baixa participação em iniciativas coletivas e a ausência de apoio sistemático, seja interno ou externo. Assim, é possível observar que esses desafios dificultam a consolidação de projetos e o crescimento sustentável, gerando sobrecarga para os poucos membros mais engajados.

Essa realidade encontra respaldo nas reflexões de Ciavatta (2014, p.197), ao destacar que “projetos comunitários enfrentam limitações estruturais em sociedades marcadas por desigualdades históricas e orientadas pela lógica do capital”. Além disso, dialoga com Saviani (1991, p. 21), ao compreender que o “trabalho educativo precisa ser construído de forma intencional, articulando cultura, educação e organização comunitária para formar sujeitos capazes de transformar sua realidade de modo crítico e coletivo”.

Essa categoria *Práticas já existentes na comunidade voltados ao empreendedorismo* surgiu das respostas às perguntas que solicitavam aos participantes que citassem projetos, grupos ou práticas já existentes na comunidade voltados ao empreendedorismo. Os seguintes depoimentos sustentam tal categoria:

Tem o Museu, o Coco de Roda, a Festa do Coco, tudo junto, porque dá oportunidade para outros empreendedores locais (Quilombola R., informação verbal).

O Museu é empreendimento, porque leva conhecimento e recebe também (Quilombola F., informação verbal).

A gente teve o apoio do projeto holandês Pequeno pelo Pequeno, que trouxe capital de giro (Quilombola M.A., informação verbal).

Foram mencionadas diferentes iniciativas, como grupos de produção artesanal, manifestações culturais organizadas, feiras e espaços de memória, que cumprem função tanto econômica quanto cultural. Essas práticas são vistas como importantes para gerar renda, divulgar a história local e atrair visitantes, além de criar oportunidades de participação para diferentes perfis da comunidade, especialmente mulheres e jovens.

As iniciativas relatadas – como a produção artesanal, as manifestações culturais, as feiras e os espaços de memória – revelam mais do que simples estratégias de sobrevivência econômica. Elas carregam em si a força da cultura e da história local, fortalecendo vínculos, reafirmando identidades e dando visibilidade às vozes da comunidade. Ao gerar renda, atrair visitantes e abrir espaços de participação, sobretudo para mulheres e jovens, essas práticas mostram-se como caminhos de resistência e criação coletiva.

A partir dessa reflexão, é possível compreender que essas experiências nascem das contradições do cotidiano e se tornam, ao mesmo tempo, instrumentos de luta e de esperança. É nesse sentido que Freire (1987, p. 38) enfatiza que “a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática”, compreendendo a práxis como a ação e a reflexão dos sujeitos sobre o mundo para transformá-lo. Assim, essas práticas comunitárias não podem ser vistas apenas como alternativas econômicas, mas como gestos vivos de autonomia e emancipação, onde cada participante, sejam mulheres, jovens e/ou demais sujeitos, se reconhece como parte da história que constrói.

A identificação da categoria *Recursos e saberes que podem gerar renda* ocorreu a partir das respostas às perguntas do questionário que perguntavam “Quais conhecimentos ou produtos da comunidade poderiam ser mais valorizados ou comercializados?” e “Você acha que a comunidade possui saberes que podem gerar renda?”. Tais ênfases foram percebidas por meio dos seguintes depoimentos extraídos das entrevistas:

Tem as meninas do Mãe do Barro, a cozinha com inhame, macaxeira, as biojoias, o museu (Quilombola J., informação verbal).

Se tivesse mais lojinha de coisas daqui, ninguém ia precisar ir tão longe comprar (Quilombola J., informação verbal).

Tem sim, a BIOJOIAS DUÁ mesma é um recurso voltado para as mulheres, no início foi um projeto para ajudar a mãe solteiras que estavam em vulnerabilidade, o projeto Inicial foi isso, aí a gente começou e continuou, aí hoje já é conhecida Praticamente em muitos lugares até no EXPOFAVELA (Quilombola A., informação verbal).

As falas dos participantes destacam diferentes expressões do fazer comunitário, como as biojoias, o projeto Mãe do Barro, a culinária típica baseada em produtos locais como inhame e macaxeira, além do museu como espaço de memória e valorização cultural.

Percebe-se que esses saberes e práticas são compreendidos não apenas como tradição, mas também como potencial estratégico para a geração de renda e fortalecimento da identidade local. Projetos como o BIOJOIAS DUÁ, criado inicialmente para apoiar mulheres em situação de vulnerabilidade, exemplificam como a articulação entre cultura e economia pode gerar impactos concretos, inclusive com alcance em eventos externos, como o EXPOFAVELA.

Além disso, os relatos evidenciam o desejo por maior estruturação e visibilidade, como a sugestão de mais pontos de venda que favoreçam o consumo local e reduzam a necessidade de buscar produtos fora da comunidade. Dessa forma, transformar esses saberes em produtos e serviços reconhecidos dentro e fora do território aparece como caminho para dinamizar a economia local, preservar a memória coletiva e fortalecer os laços comunitários.

Na perspectiva de Mészáros (2008, p. 61), essas práticas podem ser vistas como resistência às formas de subordinação do capital, já que “a emancipação humana requer a criação de formas de sociabilidade que transcendam a lógica reprodutiva do sistema vigente”. Assim, quando a comunidade busca estruturar e dar visibilidade aos seus próprios saberes, abre-se a possibilidade de construir alternativas emancipatórias que articulam economia, identidade e autonomia social, com isso fortalecendo o seu patrimônio imaterial.

Essa última categoria, intitulada *Melhoria e fortalecimento do empreendedorismo na comunidade*, foi construída a partir das respostas às questões que perguntavam “O que poderia ser feito para melhorar o empreendedorismo na comunidade?” e “Quais projetos você gostaria que fossem criados ou fortalecidos?”. Tais ênfases foram percebidas por meio dos seguintes depoimentos:

Faltam editais pra cultura popular, feirantes, agricultores. Precisava ter mais projetos de dentro pra dentro (Quilombola R., informação verbal).

Mais musicalização, mais oficinas de culinária, corte e costura (Quilombola A., informação verbal).

A ideia é trazer mais mulheres pra fortalecer o grupo e dar visibilidade (Quilombola M.A., informação verbal).

De maneira resumida, observamos que as propostas trazidas pelos entrevistados, como a criação de oficinas, editais específicos para pequenos produtores, melhorias na infraestrutura e ampliação de espaços de comercialização, revelam que o empreendedorismo é compreendido

pela comunidade não apenas como meio de gerar renda, mas como ferramenta para criar e fortalecer vínculos coletivos e valorizar os saberes dessa população.

Essa percepção aproxima-se da visão de Yunus (2006), ao mostrar que iniciativas locais podem funcionar como instrumentos de inclusão social e geração de autonomia, especialmente quando respondem a demandas reais da comunidade. Além disso, ao evidenciarem dificuldades estruturais e a necessidade de políticas públicas específicas, os relatos dialogam com Ciavatta (2014, p. 197), para quem “os limites impostos por um contexto historicamente desigual, onde projetos comunitários enfrentam barreiras que exigem enfrentamento coletivo e apoio institucional”.

Desse modo, as sugestões não representam apenas melhorias pontuais, mas expressam a vontade de transformar o empreendedorismo em estratégia de emancipação, capaz de articular tradição, inovação e fortalecimento da identidade quilombola no presente e no futuro.

De maneira resumida, a análise qualitativa das entrevistas revela que o empreendedorismo, na perspectiva dos entrevistados, transcende a lógica de mercado: funciona como meio de resistência, valorização cultural, pertencimento e construção de autonomia. Essa concepção encontra respaldo em Dornelas (2007, p.12), que destaca diferentes perfis de empreendedores, incluindo o empreendedor social, que tem como missão criar oportunidades para os outros e melhorar o mundo, com foco em resultados sociais. De maneira semelhante, Yunus (2006) apresenta a experiência do microcrédito como estratégia de inclusão social e geração de renda para populações vulneráveis, demonstrando que o empreendedorismo pode promover impactos importantes na sociedade, de modo a trazer mudanças significativas.

Os desafios concretos observados, como infraestrutura precária, baixa mobilização comunitária e ausência de políticas públicas específicas, dialogam com as reflexões de Ciavatta (2014, p.197), segundo o qual a educação e os projetos comunitários enfrentam limitações estruturais em uma sociedade hegemonicamente orientada pelo capital, tornando difícil transpor para o Brasil experiências mais emancipatórias desenvolvidas em outros contextos.

As potencialidades locais, contudo, são expressivas e estão ancoradas em saberes tradicionais e práticas que integram cultura, trabalho e educação, como exemplificam as biojoias e o coco de roda. Essa articulação encontra respaldo em Gramsci (1975, citado por Monasta, 2010, p.22), ao defender que o sujeito crítico deve ir além da técnica como trabalho, chegando à técnica como ciência e à concepção humanista da história, permitindo a passagem de expectador a protagonista.

Sob essa ótica, o fortalecimento do empreendedorismo comunitário depende de políticas e práticas educativas que articulem memória coletiva, inovação e apoio institucional, em

consonância com o que Saviani (1991, p.21) afirma ao definir o “trabalho educativo” como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo, a humanidade que é construída histórica e coletivamente. Essa visão está amparada também em Freire (1987, p.78), que defende uma educação capaz de formar sujeitos críticos e conscientes de seu papel na transformação da realidade. Por fim, Manacorda (2010) reforça que o trabalho tem caráter histórico, sendo elemento essencial para o desenvolvimento de uma omnilateralidade, o que contribui para que as comunidades criem caminhos próprios de emancipação e autonomia.

A partir da análise qualitativa das entrevistas realizadas com membros da Comunidade Quilombola do Ipiranga, foi possível compreender que o empreendedorismo, para esses sujeitos, vai muito além de uma atividade destinada exclusivamente à geração de renda. Ele surge como expressão viva da criatividade, da ancestralidade e da autonomia, funcionando ao mesmo tempo como estratégia de resistência cultural e possibilidade concreta de transformação social. Nesse sentido, empreender revela-se como um “mundo de possibilidades”, onde tradição e inovação caminham juntas, fortalecendo vínculos comunitários e afirmando a identidade quilombola.

As falas também evidenciaram iniciativas já existentes – como o projeto de biojoias, grupos culturais, feiras e espaços de memória – que integram saberes tradicionais ao desenvolvimento econômico local. Essas práticas, segundo os participantes, têm potencial para gerar renda, ampliar a visibilidade do território e criar oportunidades principalmente para mulheres e jovens. No entanto, os desafios são expressivos: problemas de infraestrutura, dificuldades de transporte, acesso limitado a insumos, internet precária e baixa mobilização comunitária dificultam a expansão e sustentabilidade dessas iniciativas.

Esses obstáculos concretos dialogam com a reflexão de Ciavatta (2014, p. 197), a qual aponta que projetos comunitários enfrentam limites estruturais em uma sociedade historicamente marcada por desigualdades e orientada pela lógica do capital, tornando mais difícil consolidar práticas verdadeiramente emancipatórias. Por outro lado, a própria perspectiva dos entrevistados de enxergar no empreendedorismo uma ferramenta de inclusão, geração de autonomia e fortalecimento das redes locais aproxima-se da visão de Yunus (2006), que defende iniciativas econômicas de base comunitária como instrumentos eficazes para transformar realidades vulneráveis.

Assim, ao atender ao objetivo específico proposto “levantar as principais necessidades advindas da Comunidade Quilombola do Ipiranga, referentes à temática do empreendedorismo social”, compreendem-se os sentidos atribuídos ao empreendedorismo, os desafios enfrentados e as perspectivas para fortalecer a economia local, e a análise revela que o quilombo entende o

ato de empreender como algo profundamente coletivo, cultural e transformador. Mais do que gerar renda, trata-se de construir caminhos de pertencimento e resistência, reafirmando que memória, cultura e trabalho podem e devem andar juntos na busca por autonomia e desenvolvimento sustentável.

4.2 A compreensão dos discentes sobre empreendedorismo social

Nesta etapa da pesquisa, buscou-se atender ao primeiro objetivo específico proposto: levantar as concepções dos discentes do IFPB sobre o que entendem por empreendedorismo social. As respostas nos trouxeram diferentes percepções, desde compreensões mais vinculadas à ideia de geração de renda, até visões ampliadas, que relacionam o empreendedorismo social a práticas transformadoras, inovadoras e voltadas ao coletivo da comunidade.

Depoimentos dos discentes: i) “Iniciativas que vão para além do lucro” (Discente 2); ii) “É a busca em resolver problemas sociais e ambientais e econômicos” (Discente 3); iii) “Empreender de forma que vise o bem estar social” (Discente 12); iv) “Aquele que visa se opor ao empreendedorismo capitalista, que só visa o lucro, sem preocupação social.” (Discente, 17).

Essas falas nos mostram que o empreendedorismo social, na visão de muitos alunos, é compreendido como a prática que integra aspectos econômicos, sociais e ambientais, visando ao bem-estar coletivo, no conjunto de determinada comunidade. Dialogando com Dornellas (2007, p. 14), “O empreendedor social tem como missão de vida construir um mundo melhor para as pessoas. Envolve-se em causas humanitárias com comprometimento singular. Tem um desejo imenso de mudar o mundo, criando oportunidades para aqueles que não têm acesso a elas.” O autor define o empreendedor social como aquele que, movido por um propósito transformador, busca criar oportunidades que ultrapassem os interesses individuais, direcionando seus esforços para o bem-estar do coletivo.

Ao serem questionados sobre a importância do empreendedorismo social, os alunos destacaram sua relevância para a transformação socioeconômica, inclusão social e construção de melhores condições de vida, os principais aspectos socioeconômicos vistos na prática. Essas respostas apontam para um reconhecimento do empreendedorismo social como ferramenta de mudança e impacto positivo na sociedade.

Falas trazidas pelo discentes: i) “Transformação socioeconômica” (Discente 2); ii) “Promover inclusão e igualdade” (Discente 11); iii) “É importante para ajudar a sociedade” (Discente 16); iv) “Muita, precisamos dar visibilidade para negócios pequenos.” (Discente 1).

Tais interpretações se articulam com a concepção de Freire (1987, p. 52), para o qual “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”,

ressaltando a necessidade de uma educação crítica capaz de formar sujeitos engajados na transformação da realidade. Também com a perspectiva de Mohamed Yunus (2006, p. 24), ao evidenciar: “acredito que o crédito é um direito humano. Quando oferecemos pequenas quantias de dinheiro às pessoas pobres, elas demonstram uma capacidade extraordinária de mudar a própria vida e a de suas comunidades”, demonstrando como iniciativas locais podem atuar como instrumentos de inclusão social, transformando progressivamente a realidade em escala de pequenos locais à grandes comunidades.

Nesse viés, outra categoria surgiu a partir das perguntas direcionadas aos alunos sobre as dificuldades em empreender ou desenvolver práticas de empreendedorismo social. Entre os obstáculos mais recorrentes, estão a falta de recursos financeiros, a ausência de políticas de incentivo, o desconhecimento sobre o empreendedorismo e a resistência da sociedade.

Podemos destacar nessas falas trazidas pelos discentes: i) “Falta de conhecimento acerca da educação financeira e economia” (Discente 2); ii) “Falta de recursos” (Discente 3, informação verbal); iii) “A falta de políticas de incentivo gerando dificuldades em conseguir visibilidade” (Discente 5); iv) “Falta de recursos, apoio governamental limitado” (Discente 9).

Essas limitações dialogam com Ciavatta (2014, p. 192), para quem “não apenas a educação, mas toda vida social e o trabalho têm uma articulação diferente [...] em uma sociedade que revolucionou as relações sociais de produção”, e com Saviani (1991, p. 21), segundo o qual “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Assim, fica evidente que a educação não pode ser separada das condições históricas e materiais em que está inserida, uma vez que é, simultaneamente, um produto e um meio de transformação das relações sociais e econômicas do meio.

Quando perguntados sobre quais recursos ou saberes poderiam gerar impacto social ou renda, os discentes citaram desde atividades ligadas ao artesanato, espaços culturais, até a utilização de recursos naturais e conhecimentos digitais. Isso aponta para potenciais múltiplos que podem ser mobilizados no contexto escolar e comunitário, revelando que diferentes áreas do conhecimento podem ser aplicadas de maneiras distintas e singulares, revelando uma ampla gama de possibilidades de negócios.

Como podemos observar nessas respostas: i) “A criação de peças artesanais a partir do barro vermelho” (Discente 2); ii) “Lixeiras” (Discente 3); iii) “O artesanato” (Discente 15); iv) “Conhecimentos digitais, apoio para o artesanato” (Discente 19).

Essa diversidade de possibilidades demonstra como os saberes locais e escolares podem se converter em práticas de impacto social, aproximando-se da reflexão de Mészáros (2008,

p.27), para quem “a educação não pode ser concebida de forma isolada, mas como parte integrante da luta social mais ampla pela construção de uma ordem social substantivamente diferente”, defendendo, assim, a criação de alternativas emancipatórias frente à lógica do capital.

Alguns alunos relataram já ter participado de práticas de empreendedorismo, ainda que de maneira pontual, como a venda de produtos na escola ou a participação em projetos culturais. Outros destacaram iniciativas que poderiam ser criadas, como hortas comunitárias, cooperativas de reciclagem, oficinas de educação financeira e feiras de artesanato.

Constatam-se, a partir desses relatos trazidos pelos discentes: i) “Vender pulseiras na escola” (Discente 13); ii) “Projeto Niaras das mulheres tabajáras paraíbaanas” (Discente 14); iii) “Horta comunitária, cooperativa de reciclagem e loja de roupas sustentáveis” (Discente 9).

Essas propostas evidenciam que os estudantes reconhecem o potencial do empreendedorismo como espaço de aprendizagem e transformação, o que dialoga com a visão de Gramsci (1975, citado por Monasta, 2010 p.85), ao afirmar que “é necessário transformar a técnica em ciência, e a escola deve ser o lugar onde se realiza essa passagem, vinculando o trabalho à concepção humanista da história”. Nesse sentido, o empreendedorismo, quando ligado à prática educativa, deixa de ser apenas uma ferramenta de geração de renda e passa a ser um processo formativo capaz de integrar conhecimento técnico, reflexão crítica e valores humanistas.

Por fim, ao serem indagados sobre sugestões de melhorias, os discentes indicaram a necessidade de capacitação, cursos profissionalizantes, oficinas, incentivo a políticas de apoio e maior valorização das práticas sociais no ambiente escolar.

Podemos destacar nessas respostas: i) “Programas gratuitos com formação profissional” (Discente 1); ii) “Workshops de educação financeira” (Discente 19); iii) “Espaços culturais, com arte, cultura e lazer” (Discente 15).

Essas falas revelam que se percebe o empreendedorismo como um instrumento econômico e como possibilidade de aprender, crescer e transformar a própria realidade. Essa compreensão se aproxima de Ciavatta (2005, p. 149), quando defende que “a formação integrada tem como princípio a indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura, de modo a superar a fragmentação dos saberes”. Do mesmo modo, Saviani (2007, p. 72) nos lembra que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Ao conectar essas reflexões às percepções dos discentes, é possível compreender que o empreendedorismo, no contexto da educação profissional, não se limita a ensinar técnicas ou

preparar para o mercado, mas abre caminhos para que cada sujeito se reconheça como parte ativa da sociedade, capaz de intervir e de transformar o mundo em que vive. Desse modo, o empreendedorismo social assume um papel de formação, ao integrar saberes técnicos e científicos com dimensões culturais e sociais, contribuindo para a construção de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de sua função histórica.

5 PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO À AÇÃO NO ENSINO

O produto educacional apresenta-se como uma forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional e caracteriza-se como um recurso com estratégias educacionais que favorecem a prática pedagógica. A elaboração do produto pedagógico implica um processo formativo contínuo, no qual a pesquisa é o alicerce (Freire *et al.*, 2017).

5.1 Tipologia do PE escolhido

Para a conclusão do Mestrado Profissional, é necessária a elaboração de um Produto Educacional (PE). Nesse sentido, a pesquisa contemplou a elaboração e o desenvolvimento de um ciclo de oficinas extensionistas ministrados na comunidade do Quilombo Ipiranga, assim como também com os alunos do ensino médio do curso de contabilidade do Instituto Federal da Paraíba, os quais participaram de oficinas sobre empreendedorismo. Foi definido um roteiro para a realização das oficinas, assim como os conteúdos, que fizeram parte dessas oficinas empreendedoras. Além disso foram entregues materiais impressos, com o intuito de auxiliar nos conteúdos contemplados nas oficinas, fazendo com que elas permaneçam de fácil acesso aos quilombolas.

De acordo com a Capes (Brasil, 2017), Projeto de Extensão é uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Um projeto de extensão pode acontecer isoladamente ou pode ser vinculado a um Programa de Extensão (forma preferencial).

O produto educacional (PE) escolhido é classificado como “Ferramenta” quanto ao seu cadastramento na plataforma EduCAPES.

5.2 Estruturação do PE: fases do planejamento

5.2.1 Planejamento das oficinas empreendedoras

A construção de um produto educacional voltado para a comunidade quilombola é um desafio enriquecedor que demanda um processo criterioso. No contexto das oficinas empreendedoras a serem realizadas, os temas foram decididos com base em entrevistas com integrantes da comunidade, que priorizaram três áreas fundamentais: educação financeira, precificação e modelagem de negócios.

De acordo com Kaplún (2003, p. 46), “material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado”. Em nossa análise do objeto educacional, o contexto no qual o material educativo existe e funciona foi o quilombo do Ipiranga. Nesse ambiente, as práticas didáticas tradicionais podem não ter a mesma eficácia, exigindo do docente que inove nos métodos de ensino. É essencial dominar a estruturação desses ambientes de modo a facilitar e tornar fluido o ensino e a aprendizagem dos participantes do projeto de extensão.

Assim, as oficinas sobre empreendedorismo devem ser adaptadas para refletir a cultura e as necessidades específicas da comunidade, promovendo uma experiência de aprendizado significativa e contextualizada. O material educativo deve ser desenvolvido para apoiar essas oficinas, facilitando o desenvolvimento das habilidades empreendedoras dos participantes e promovendo a autonomia e o empoderamento da comunidade quilombola do Ipiranga.

O Produto Educacional (PE) estabelece uma conexão entre pesquisa e prática educacional, integrando conhecimentos teóricos com aplicações práticas no ensino de empreendedorismo para a Comunidade Quilombola do Ipiranga, fundamentado nos eixos de Kaplún e Zabala, contemplando a elaboração de um material impresso interativo e oficinas presenciais para engajar os participantes e apoiar o desenvolvimento de habilidades empreendedoras. Também adaptando ao contexto sociocultural da comunidade, incentivando a autonomia e promovendo uma experiência educativa significativa. Além disso, a aplicação do PE na Educação Profissional e Tecnológica contribui para uma formação integral, com avaliações contínuas e ajustes, modificações e fortalecimento com a comunidade.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com a comunidade, as quais se mostraram fundamentais para estabelecer um diálogo direto com as quilombolas, permitindo que elas expressassem suas aspirações e dificuldades em relação à gestão financeira e ao desenvolvimento de negócios. Isso não só respeita a sabedoria local, mas também promove um empoderamento das participantes ao fazer com que suas vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Quadro 3 – Temas Preferidos para as Oficinas e Participação das Quilombolas

Quilombola Empreendedora	Educação Financeira	Precificação	Modelagem de Negócios
Empreendedora 1	Alta	Média	Alta
Empreendedora 2	Alta	Média	Alta
Empreendedora 3	Média	Alta	Alta
Empreendedora 4	Alta	Média	Alta
Empreendedora 5	Média	Alta	Alta
Empreendedora 6	Alta	Média	Alta
Empreendedora 7	Alta	Média	Alta
Empreendedora 8	Média	Alta	Alta
Empreendedora 9	Alta	Média	Alta

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2005).

Essa tabela ilustra a participação e as prioridades expressas pelas nove quilombolas empreendedoras, destacando as áreas nas quais elas se sentem mais interessadas em se aprofundar. A educação financeira se destaca como uma necessidade alta entre a maioria, evidenciando a importância de ajudar as participantes a lidarem melhor com suas finanças. A precificação e a modelagem de negócios também são áreas relevantes, com várias participantes buscando desenvolver habilidades nessas temáticas.

Em relação ao eixo conceitual, a definição clara dos temas foi um passo fundamental para que todos os envolvidos compreendam a relevância dos conteúdos. A educação financeira, por exemplo, é uma ferramenta poderosa que pode transformar a maneira como as quilombolas lidam com seus recursos, ajudando-as a identificarem e utilizarem efetivamente suas receitas e despesas. A modelagem de negócios introduz conceitos sobre como estruturar e planejar um empreendimento de forma eficaz, enquanto a precificação ensina a importância de valorizar corretamente os produtos e serviços oferecidos, garantindo viabilidade e sustentabilidade ao negócio.

O eixo pedagógico, segundo Káplun (2003), é crucial neste processo. As oficinas devem ser organizadas considerando o perfil das participantes, suas experiências anteriores e o ambiente em que vivem. Era fundamental que as oficinas fossem interativas e dinâmicas,

promovendo um ambiente de aprendizagem que respeitasse as características e ritmos individuais. Isso incluiria atividades práticas, discussões em grupo e simulações de situações reais que as quilombolas pudessem encontrar em seus processos empreendedores.

A comunicação foi o terceiro eixo a ser considerado. A forma como a mensagem é transmitida tinha de ser clara e acessível, utilizando linguagens e métodos que fizessem sentido à comunidade, sem perder de vista a cultura e as particularidades locais. A utilização de exemplos práticos e próximos da realidade das participantes facilitou a compreensão dos conteúdos e a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Por fim, as oficinas foram além da simples transmissão de informação, promovendo um espaço de troca de experiências e aprendizado conjunto. Ao valorizar o conhecimento prévio das quilombolas e integrá-lo com as técnicas empreendedoras, criou-se um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades que ampliassem as oportunidades econômicas dessa comunidade. A proposta não foi apenas oferecer uma capacitação, mas formar agentes de mudança que pudessem impactar suas famílias e comunidades, contribuindo para um futuro mais próspero e sustentável.

Assim, ao desenvolver este produto educacional, buscamos respeitar e valorizar o saber e a cultura da comunidade quilombola, integrando-os a práticas inovadoras capazes de fortalecer suas iniciativas empreendedoras e promover a autonomia financeira. Cada oficina foi uma oportunidade de aprendizado, reflexão e crescimento, tanto para as participantes quanto para os educadores envolvidos.

A oficina de modelagem de negócios com o uso do Modelo de Negócios Canvas consistiu em uma proposta educativa que introduziu e embasou oficinas posteriores sobre planejamento estratégico e inovação. Afinal, compreender e estruturar modelos de negócios são ações essenciais para empreendedores que desejam construir uma base sólida para seus projetos. A proposta, fundamentada na metodologia do Canvas, foi um passo inicial para desenvolver habilidades de análise e organização de negócios de maneira visual e prática, proporcionando uma experiência de aprendizado participativa.

5.2.2 Oficina de Modelagem de Negócios – Estruturação

Nesta oficina, abordamos: os conceitos e a estrutura do Modelo de Negócios Canvas; os nove blocos que o compõem; exemplos práticos de aplicação e como desenvolver e apresentar um modelo de negócios em dupla.

Os materiais a serem utilizados durante a oficina foram: papel Kraft (uma folha para cada dupla); canetinhas coloridas (uma caixa para cada dupla); post-its (um bloco para cada dupla); folhas de papel A4 (duas folhas por pessoa), com o modelo do CANVAS impresso. Dividimos a aplicação dessa oficina em cinco passos para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. A sequência pedagógica deu-se da seguinte forma:

Primeiro passo: iniciamos com uma apresentação dialogada sobre o conceito de modelagem de negócios, explicando o que é o Modelo de Negócios Canvas, suas origens e sua utilidade na prática empresarial. Esse momento inicial, focado na teoria, teve uma duração média de 30 minutos.

Segundo passo: dividimos as quilombolas em duplas e distribuímos, a cada uma delas, uma folha de papel Kraft e os materiais de escrita. Em seguida, apresentamos e explicamos cada um dos nove blocos do Canvas (segmento de clientes, proposta de valor, canais, relacionamento com clientes, fontes de receita, recursos principais, atividades principais, parceiros principais e estrutura de custos), dedicando cerca de 20 minutos a cada bloco, para que as duplas discutissem e anotassem suas ideias preliminares. Esse segundo momento teve, em média, 60 minutos.

Terceiro passo: após preencherem os blocos do Canvas, as duplas compartilharam suas ideias com a turma. Cada dupla apresentou seu modelo de negócios, colando o Canvas na parede ou quadro e explicando a lógica por trás de cada bloco. Esse terceiro momento de apresentações e trocas de ideias representou um espaço para *feedbacks* e sugestões dos demais participantes, tendo durado cerca de 30 minutos, dependendo do número de duplas.

Quarto passo: após as apresentações, a facilitadora realizou uma síntese das ideias abordadas, integrando as reflexões de cada dupla aos conceitos teóricos do Canvas e esclarecendo dúvidas que surgiram. Esse quarto momento teve uma duração média de 15 minutos.

Quinto e último passo: para avaliar o processo de aprendizagem, cada participante respondeu a um formulário digital (*Google Forms*) sobre a importância do Modelo de Negócios Canvas para o desenvolvimento de novos negócios.

5.2.3 Oficina de Educação Financeira – Estruturação

A oficina de Educação Financeira tem como propósito o prévio diagnóstico do conhecimento, comportamento e atitude das empreendedoras quanto às finanças pessoais e empresariais, verificando inicialmente e orientando para a devida separação das contas pessoais

das contas da empresa e o uso das informações contábeis e financeiras para fins gerenciais, permitindo o planejamento de curto, médio e longo prazo.

O primeiro passo consiste no diagnóstico do que se conhece como Termômetro de Alfabetização Financeira, que envolve a Educação Financeira em si, além do comportamento e da atitude, que permitem verificar a devida aplicação dos conhecimentos nas práticas pessoais e empresariais. Desse modo, foi enviado às participantes um formulário do Google (*Google Forms*) para o devido mapeamento de pensamentos, sentimentos e ações relacionadas a aspectos de capacitação financeira tanto para lidar com as Finanças no âmbito familiar como empresarial.

De posse das informações provenientes dos questionários, são dimensionadas as principais categorias de análise e associadas aos perfis das empreendedoras, possibilitando o direcionamento das orientações na oficina, utilizando-se também formulários impressos de orçamento e planejamento financeiro familiar e empresarial, esclarecendo as diferenças entre os dois e avançando para os aspectos de uso das informações contábeis e financeiras para fins gerenciais, inclusive de fontes de financiamento mais saudáveis.

No aspecto do financiamento, há a participação de representantes do Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que apresentam as linhas do banco que sejam mais adequadas aos perfis e necessidades das Empreendedoras.

Diante disso, o conteúdo programático da oficina é composto por:

1 – Das Finanças Pessoais às Finanças Empresariais: Conceitos de Alfabetização Financeira Pessoal/Familiar e Empresarial: Conhecimento Financeiro, Comportamento e Atitude; Separação das Finanças Pessoais das Finanças Empresariais.

2 – Renegociação de Dívidas e Fontes de Financiamento para Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Linhas de Financiamento do Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

3 – Planejamento Financeiro de Curto, Médio e Longo Prazo, utilizando ferramentas de planejamento e controle tanto pessoais como empresariais, tanto na produção como interpretação de relatórios financeiros e contábeis.

5.2.4 Oficina de Precificação – Estruturação

A oficina de Precificação teve o objetivo principal de capacitar as empreendedoras quilombolas a compreenderem e aplicarem técnicas de formação de preço justas, competitivas e sustentáveis, tanto para produtos como para serviços. A precificação correta é fundamental

para garantir a viabilidade financeira dos empreendimentos, possibilitando que os custos sejam cobertos, os lucros, planejados, e a competitividade, assegurada.

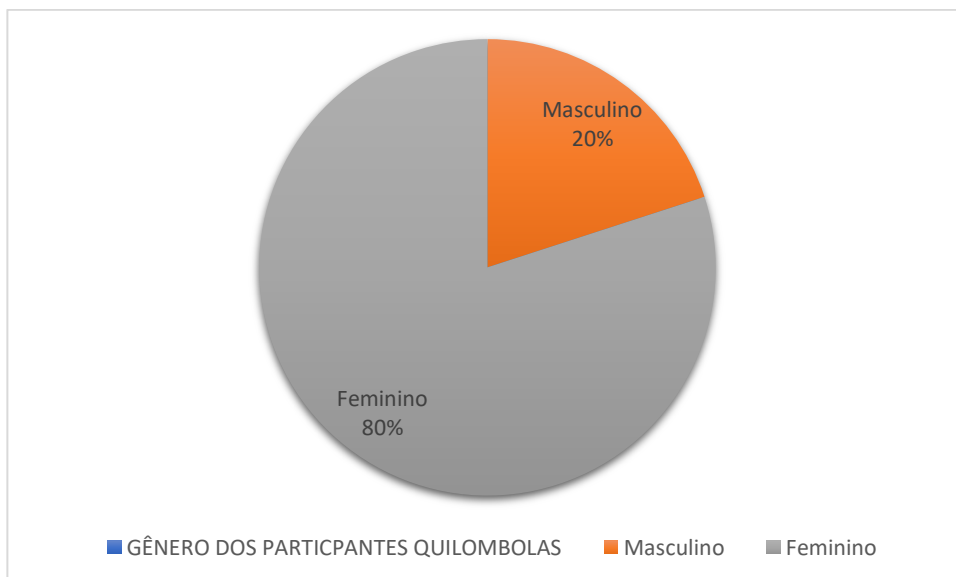
A atividade partiu da realidade local das empreendedoras, trazendo exemplos práticos do cotidiano e valorizando seus conhecimentos prévios sobre a produção e comercialização. A oficina também buscou esclarecer os erros mais comuns na precificação, como a definição de valores apenas com base no preço do concorrente ou em percepções pessoais, sem considerar custos fixos, variáveis e margem de lucro: i) O conteúdo foi trabalhado de forma interativa e prática, com atividades de simulação, cálculos em grupo e discussão coletiva sobre estratégias de formação de preço, vinculando a teoria à realidade das participantes; ii) Conteúdo programático da oficina; iii) Conceito e importância da precificação; iv) Diferença entre custos fixos, custos variáveis e despesas; v) Formação de preço baseada em custos: soma de custos + margem de lucro; i) Precificação baseada em valor percebido pelo cliente; vii) Análise da concorrência e estratégias de mercado; viii) Exercícios práticos: simulações de precificação de produtos e serviços da própria comunidade.

5.3 Avaliação do PE

5.3.1 Análise da Avaliação do Produto Educacional pelos Quilombolas

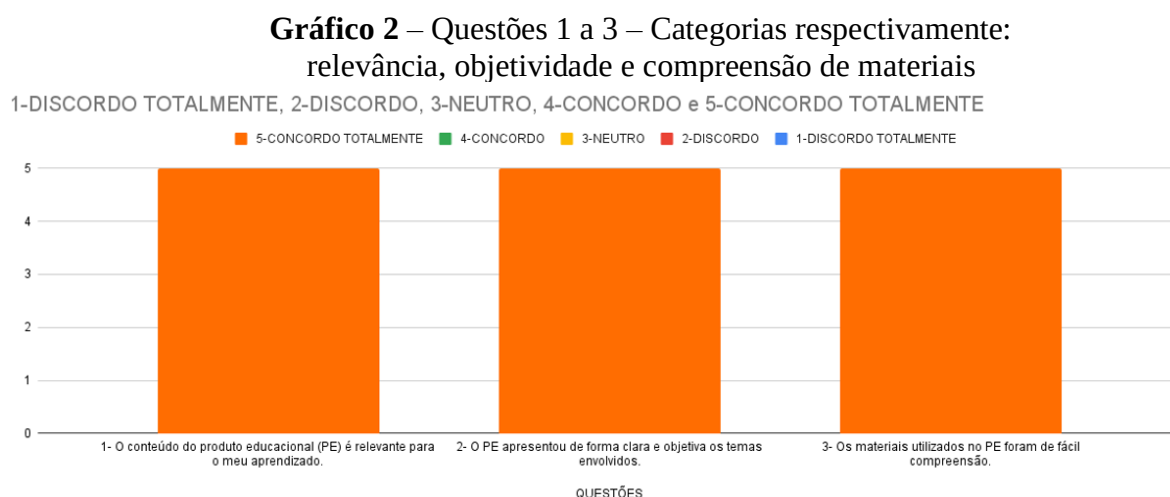
As análises apresentadas a seguir baseiam-se nas contribuições de cinco participantes da Comunidade Quilombola do Ipiranga, sendo um do gênero masculino e quatro do gênero feminino. As reflexões e interpretações aqui desenvolvidas partem das narrativas e percepções desses sujeitos, que, por meio de suas experiências e vivências, contribuíram significativamente para a compreensão das práticas empreendedoras no contexto quilombola e suas relações com a formação humana e social.

Gráfico 1 – Gênero dos participantes quilombolas



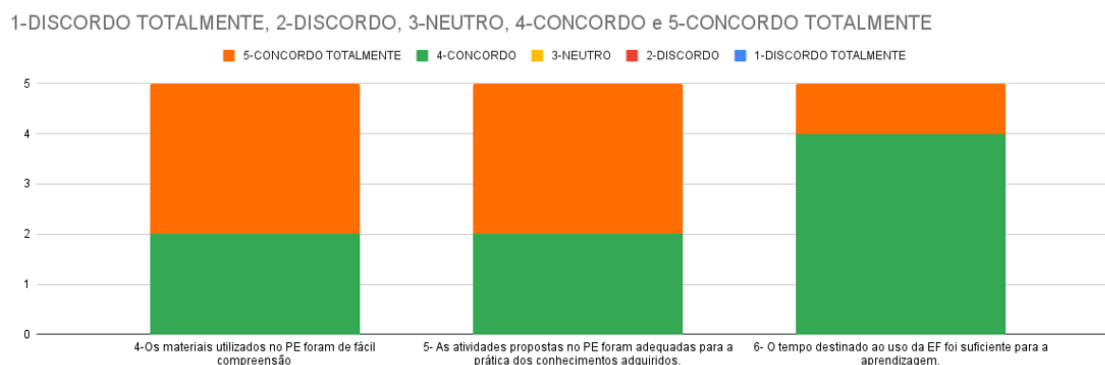
O Produto Educacional (PE) foi avaliado a partir de questionário aplicado a 23 estudantes. Cada questão solicitava que o discente indicasse seu grau de concordância em uma escala Likert de 1 a 5, onde 1 = Discordo totalmente e 5 = Concordo totalmente. O objetivo foi verificar a pertinência, clareza, aplicabilidade e contribuição pedagógica do material.

Seguem os gráficos de Distribuição das Respostas.



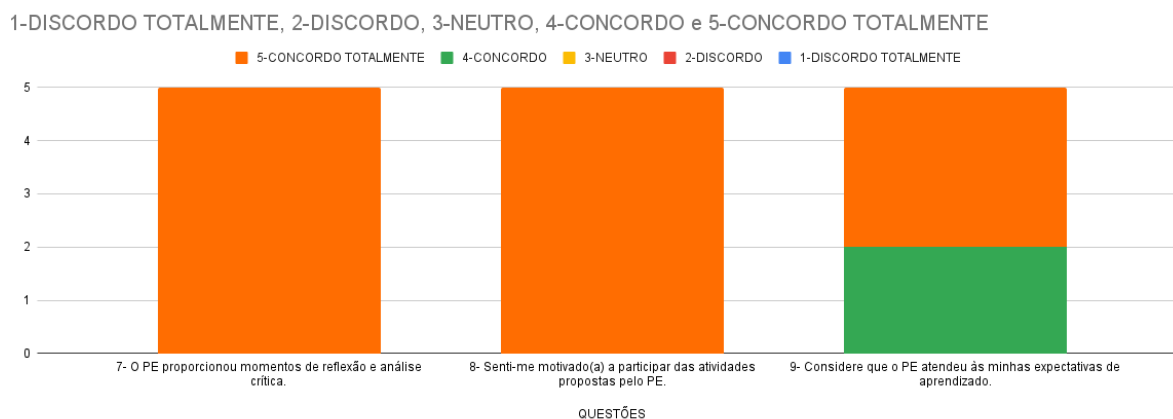
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

Gráfico 3 – Questões 4 a 6 – Categorias respectivamente: desenvolvimento de habilidades, conhecimentos adquiridos e tempo suficiente



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

Gráfico 4– Questões 7 a 9 – Categorias respectivamente: reflexão e análise, motivação, atendimento a expectativas



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

5.4 Análise do questionário

Os resultados revelaram um consenso significativo quanto à **relevância** do conteúdo, uma vez que todos os participantes consideraram o material altamente pertinente, assinalando “concordo totalmente”. Tal resultado evidencia que o PE foi percebido não apenas como informativo, mas como significativo e conectado à realidade vivida pelos quilombolas. De modo semelhante, a **clareza** e a **objetividade** do material foram unanimemente avaliadas de forma positiva, indicando que a apresentação do conteúdo se mostrou acessível e compreensível, sem necessidade de ajustes adicionais. A facilidade de compreensão manteve-se consistente, reforçando a percepção de que as ideias foram transmitidas de forma clara e acessível a todos os participantes. Quando analisado o **desenvolvimento de novas habilidades**, 60% dos respondentes assinalaram “concordo totalmente”, e 40%, “concordo”, demonstrando que todos se sentiram contemplados quanto à aquisição de competências. **A adequação das atividades** foi igualmente bem avaliada, com 60% de concordância total e 40% de concordância parcial, evidenciando um planejamento coerente e ajustado às necessidades do grupo. No que se refere ao **tempo de aprendizagem**, a maioria (80%) considerou-o suficiente, enquanto 20% indicaram concordância parcial, sugerindo que o cronograma atendeu de maneira satisfatória às expectativas da maioria.

Destaca-se, ainda, que a promoção da reflexão e análise crítica foi unanimemente reconhecida, com 100% dos respondentes assinalando concordância total, indicando uma apreensão sólida da dimensão crítica do PE. Quanto à motivação para participar, também houve avaliação extremamente positiva, reforçando que o engajamento dos quilombolas foi integral e fundamental para a efetivação das oficinas. Por fim, as **expectativas de aprendizado** foram amplamente atendidas, com 60% de concordância total e 40% de concordância parcial, sem registros de discordância, o que demonstra que o PE correspondeu plenamente às expectativas do grupo.

De forma geral, a avaliação revelou um cenário de respostas altamente positivas, sem registros neutros ou detratores. O PE foi considerado relevante, claro, de fácil compreensão e aplicável à prática, satisfazendo plenamente as expectativas dos quilombolas.

Quanto às impressões e às sugestões, os comentários qualitativos dos quilombolas trouxeram sugestões para o produto educacional, como “Se houvesse continuidade e acompanhamento do produto”, “Ter mais tempo para aprimorar mais” e “Elaborar um material de apostilas virtual.” “De forma singela parceria com universidades”, evidenciam que há um espaço para aprimorar ainda mais o produto educacional. Outros comentários foram: “Aproveitamos para se implantar pensamento crítico e prático de forma gradativa”. Observa-se

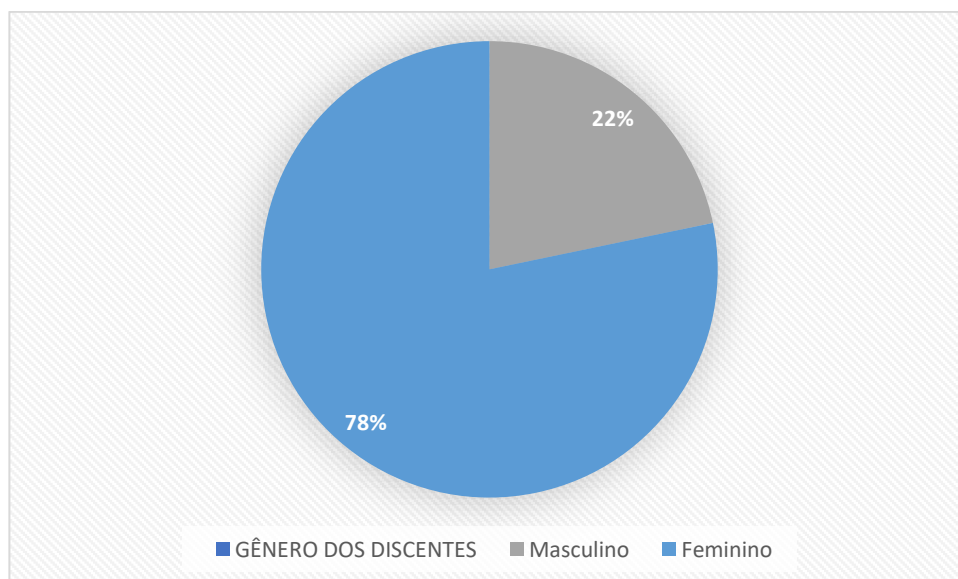
que não houve registros de comentários negativos, o que evidencia a ampla aceitação do Produto Educacional (PE), o que fortalece a compreensão de sua pertinência prática e valor educativo. Esse relatos, assim como dos discentes, refletem que o PE ultrapassou a mera transmissão de conteúdos, possibilitando experiências concretas de aplicação e fortalecendo a articulação entre teoria e prática. Essa dimensão remete ao que Paulo Freire (1987) aponta ao defender que a educação precisa ser problematizadora e construída no diálogo com a realidade concreta dos sujeitos. Para o autor, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 78), destacando que o aprendizado ganha sentido quando parte da experiência vivida.

Dessa forma, observa-se que a apropriação do conhecimento pelos quilombolas ocorreu de modo mais efetivo quando estes dialogaram diretamente com sua realidade e cultura, favorecendo a ressignificação e a atribuição de sentido social ao aprendizado. Esse movimento reafirma o valor pedagógico do produto educacional (PE) como prática de extensão popular, que vai além do espaço acadêmico e se constitui como experiência formativa integral e emancipadora.

5.5 Análise da Avaliação do Produto Educacional pelos Discentes

As análises também contemplam as contribuições de estudantes do Ensino Médio Integrado do IFPB, participantes das ações extensionistas desenvolvidas no âmbito desta pesquisa. Ao todo, participaram 23 discentes, sendo 5 do gênero masculino e 18 do gênero feminino. As reflexões apresentadas nesta seção emergem das percepções, aprendizados e experiências compartilhadas por esses jovens, que trouxeram olhares singulares sobre o empreendedorismo social, a formação integral e o diálogo entre escola e comunidade. As interpretações aqui construídas reconhecem o protagonismo dos(as) estudantes como sujeitos ativos do processo educativo, cujas vozes enriquecem a compreensão sobre as práticas extensionistas e seus impactos formativos.

Gráfico 5 – Gênero dos discentes



A avaliação do Produto Educacional (PE) foi realizada a partir de questionário aplicado a 23 estudantes. Cada questão solicitava que o discente indicasse seu grau de concordância em uma escala Likert de 1 a 5, onde 1 = Discordo totalmente e 5 = Concordo totalmente. O objetivo foi verificar a pertinência, clareza, aplicabilidade e contribuição pedagógica do material.

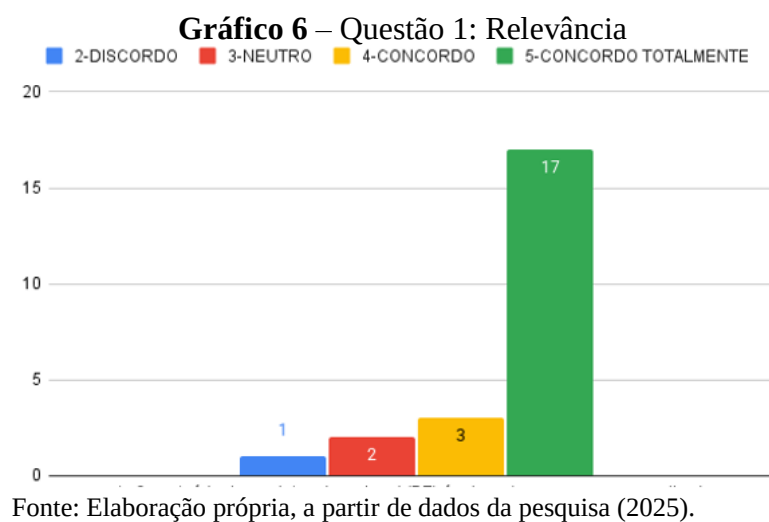
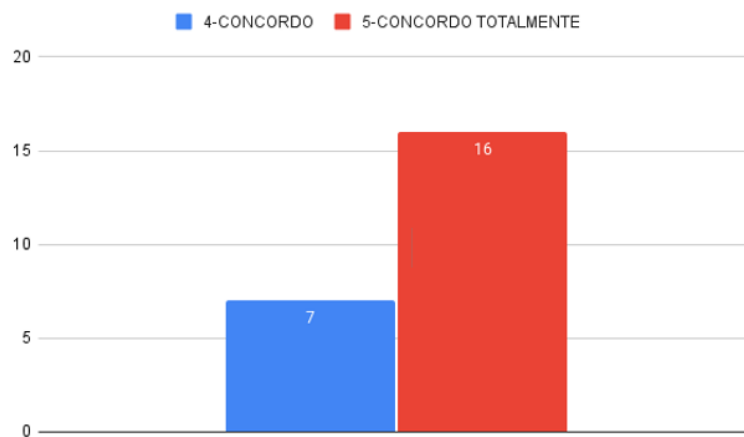
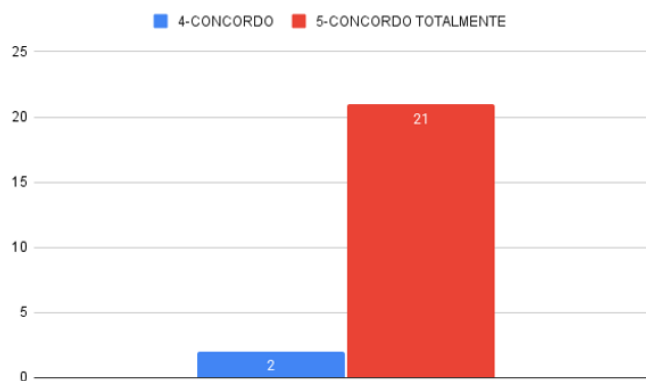


Gráfico 7 – Questão 2: Clareza



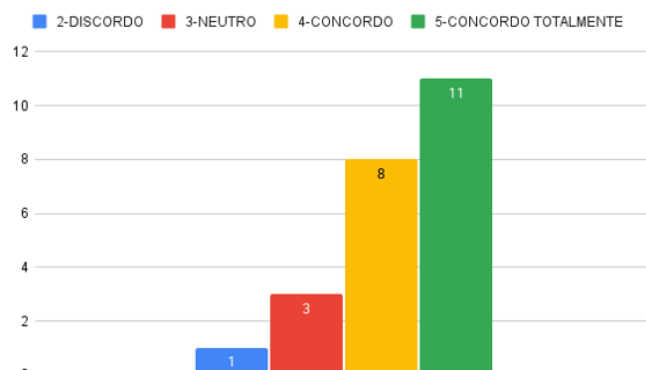
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

Gráfico 8 – Questão 3: Compreensão



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

Gráfico 9 – Questão 4: Desenvolvimento de habilidades



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

A análise dos gráficos 6, 7, 8 e 9 evidencia uma avaliação bastante positiva do Produto Educacional (PE) pelos discentes. No Gráfico 6, que aborda a relevância do conteúdo para o aprendizado, a maioria assinalou “Concordo totalmente” (17) ou “Concordo” (3), com apenas

duas respostas neutras e uma de discordância. Esse resultado demonstra que o material foi considerado significativo e pertinente, ainda que haja pequenas divergências a serem observadas.

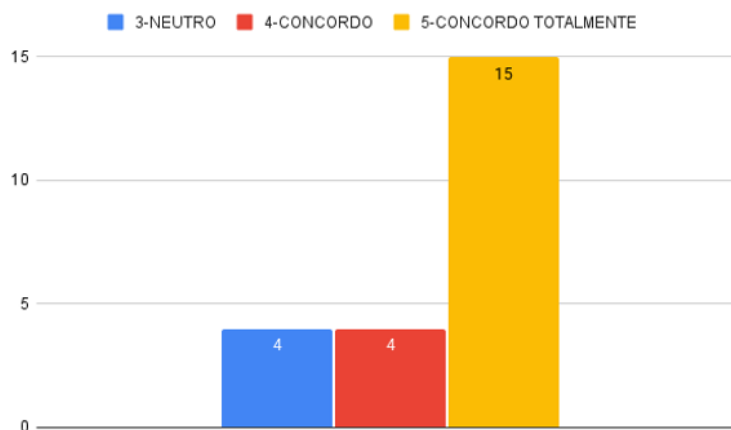
O Gráfico 7, referente à clareza e à objetividade na apresentação dos temas, reforça essa percepção, já que todos os participantes avaliaram positivamente, com 16 respostas em “Concordo totalmente” e 7 em “Concordo”. Isso confirma que a linguagem e a forma de exposição foram adequadas e acessíveis, garantindo compreensão plena dos conteúdos.

No Gráfico 8, que trata da facilidade de compreensão dos materiais utilizados, observa-se um índice praticamente unânime de aprovação: 21 estudantes optaram por “Concordo totalmente”, e dois, por “Concordo”, sem registros de neutralidade ou discordância. Esse resultado evidencia a eficácia dos recursos pedagógicos adotados, assegurando clareza e consistência didática.

Já o Gráfico 9, “Desenvolvimento de habilidades”, confirma a tendência positiva, embora com maior diversidade de respostas. A maioria manteve-se em níveis elevados de concordância – 11 em “Concordo totalmente” e 8 em “Concordo” –, mas apareceram também três respostas neutras e uma de discordância. Esse cenário indica que, embora os materiais tenham sido amplamente bem recebidos, há espaço para aperfeiçoamentos que considerem diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

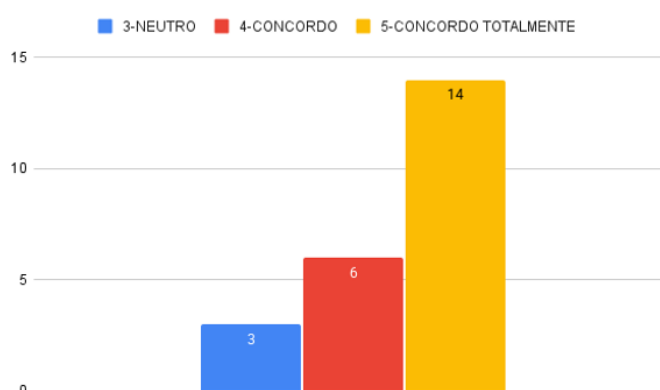
De forma geral, nessas quatro primeiras análises, os gráficos apontam que o PE cumpriu seus objetivos pedagógicos, sendo avaliado como relevante, claro e de fácil compreensão. As poucas manifestações neutras e discordantes não comprometem a avaliação global, mas funcionam como subsídios para possíveis melhorias, reforçando o compromisso com um processo formativo cada vez mais inclusivo e eficaz.

Gráfico 10 – Questão 5: Conhecimentos adquiridos



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

Gráfico 11 – Questão 6: Tempo suficiente de aprendizagem



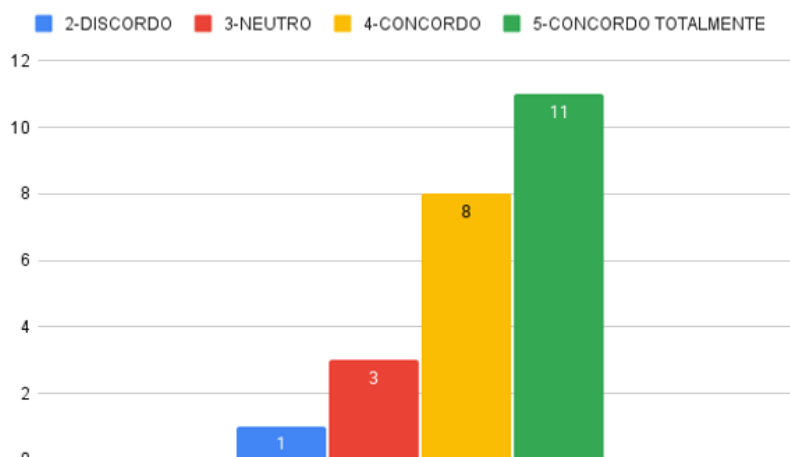
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 10, que trata dos conhecimentos adquiridos por meio do Produto Educacional (PE), mostra uma avaliação bastante positiva: 15 estudantes marcaram “Concordo totalmente”, enquanto 4 optaram por “Concordo” e outros 4 permaneceram neutros. Esse resultado indica que a maioria percebeu ganhos concretos em termos de competências adquiridas, embora a presença de respostas neutras sugira que parte dos participantes não percebeu de forma tão clara esse aspecto, apontando para a necessidade de ajustes que tornem mais evidentes os avanços alcançados.

Já o Gráfico 11, que avalia se o tempo destinado ao uso do PE foi suficiente para a aprendizagem, também revelou bons resultados. A maior parte dos discentes (14) respondeu “Concordo totalmente” e 6 “Concordo”, enquanto apenas 3 permaneceram neutros. Essa distribuição mostra que o cronograma foi considerado adequado pela maioria, mas também evidencia que alguns participantes sentiram falta de maior tempo para aprofundar os conteúdos. De maneira geral, os gráficos 10 e 11 confirmam a efetividade do PE, indicando que ele contribuiu para o desenvolvimento de habilidades e que o tempo destinado foi satisfatório.

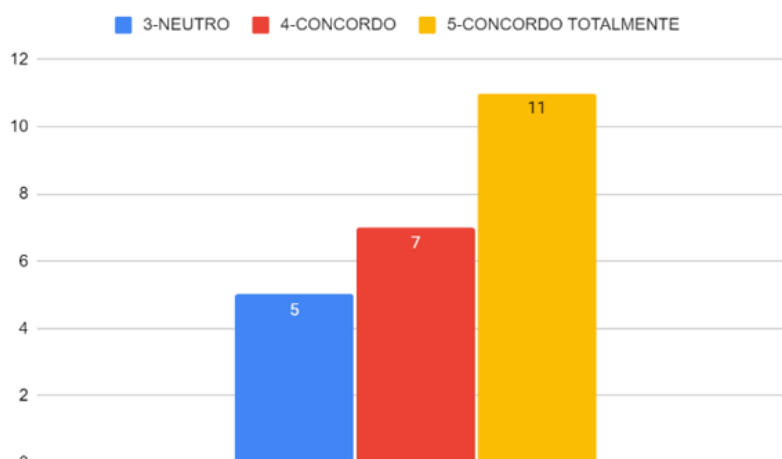
Ainda assim, os registros neutros apontam para a importância de refletir sobre estratégias que ampliem o impacto formativo e proporcionem maior aprofundamento dos conteúdos.

Gráfico 12 – Questão 7: Reflexão e análise crítica



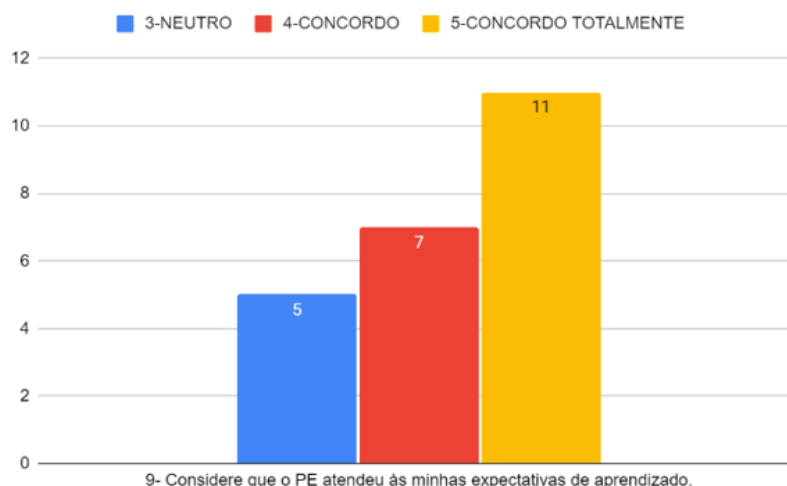
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

Gráfico 13 – Questão 8: Motivação



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

Gráfico 14 – Questão 9: Expectativas



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 12, que trata da reflexão e análise crítica, mostra que 11 participantes marcaram “Concordo totalmente” e 8 “Concordo”, enquanto houve 3 respostas neutras e 1 de discordância. Esse resultado indica que a maioria reconheceu que o Produto Educacional (PE) promoveu um espaço de reflexão consistente, ainda que uma pequena parcela não tenha percebido esse aspecto de forma tão evidente.

No Gráfico 13, referente à motivação para participar das atividades, observa-se também uma avaliação positiva: 11 estudantes assinalaram “Concordo totalmente” e 7 “Concordo”. Entretanto, apareceram 5 respostas neutras, sugerindo que, embora o PE tenha sido motivador para a maior parte, há espaço para criar estratégias mais engajadoras que ampliem a participação de todos os discentes.

Já o Gráfico 14, que avalia se o PE atendeu às expectativas de aprendizado, apresenta um resultado muito satisfatório: 11 respostas em “Concordo totalmente” e 7 em “Concordo”, com apenas 5 respostas neutras. Esse dado demonstra que, para a maioria, as expectativas foram plenamente correspondidas, ainda que uma parte dos participantes tenha se mantido indecisa.

De modo geral, os três gráficos revelam que o PE contribuiu para a reflexão crítica, foi motivador e atendeu às expectativas dos discentes, mesmo com alguns registros neutros e uma discordância pontual. Esses aspectos reforçam a relevância pedagógica do material, ao mesmo tempo em que sinalizam pontos de aprimoramento para futuras edições.

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa foi marcada por desafios, descobertas, reinvenções e, sobretudo, pela construção coletiva de saberes que resultaram no percurso aqui sistematizado. Ao longo da trajetória investigativa, buscou-se compreender como as práticas empreendedoras desenvolvidas no Quilombo Ipiranga, articuladas à formação dos discentes do Ensino Médio Integrado do IFPB, podem contribuir para uma educação humana, integral e omnilateral.

O ponto de partida não teve a pretensão de criar algo inédito, mas de ressignificar experiências já existentes, revelando novas possibilidades de ação educativa diante das contradições históricas que permeiam a educação brasileira. Assim como a metáfora da roda, não se trata de inventá-la, mas de utilizá-la de forma diferente, capaz de impulsionar processos de formação emancipatórios.

As análises realizadas junto aos discentes evidenciaram que o empreendedorismo social é compreendido como uma prática que transcende o lucro, estando associado a valores de solidariedade, inclusão e transformação social. Ao mesmo tempo, as entrevistas com a comunidade quilombola revelaram um empreendedorismo que nasce da ancestralidade, da resistência cultural e da busca por autonomia, demonstrando que empreender, nesse contexto, é também preservar memórias e afirmar identidades.

As dificuldades apontadas, como a escassez de recursos, a falta de políticas públicas específicas e os entraves estruturais, não ofuscam as potencialidades identificadas: saberes tradicionais, práticas culturais e a disposição em transformar o coletivo. Tanto discentes quanto quilombolas apontaram caminhos que vão desde oficinas educativas, feiras culturais e práticas sustentáveis até a valorização da economia solidária, mostrando a riqueza de possibilidades para um empreendedorismo de caráter social.

Dessa forma, o produto educacional construído, as oficinas temáticas com base no empreendedorismo social, configurou-se como um espaço de diálogo e aprendizagem. Nele, os discentes assumiram papel ativo em sua formação, ao mesmo tempo em que a comunidade quilombola pôde reafirmar seus saberes, fortalecendo a articulação entre escola e território.

Chego ao fim desta pesquisa com a convicção de que o conhecimento só ganha sentido quando é compartilhado. Este trabalho nasceu do desejo de contribuir para uma educação que valorize experiências, saberes e a força de comunidades historicamente segregadas, reforçando a ideia de que a pesquisa acadêmica pode e deve dialogar com a vida real das pessoas. Percorrer esse caminho não foi fácil: conciliar a vida profissional, de mãe e acadêmica exigiu esforço, resiliência e, acima de tudo, fé no poder transformador da educação. Cada etapa superada

reforçou a certeza de que vale a pena investir em um projeto coletivo que fortaleça a autonomia e a emancipação de estudantes e comunidades.

Os resultados aqui obtidos não devem ser compreendidos como conclusivos ou acabados. Pelo contrário, revelam-se como ponto de partida para novas reflexões e práticas que contribuam para superar a fragmentação educacional e consolidar uma formação integral e omnilateral. Em um país marcado por profundas desigualdades, experiências exitosas em um território não podem ser automaticamente transferidas para outros: exigem adaptações, escuta e reinvenções constantes.

Espero que este estudo, fruto de dedicação e esperança, inspire outros professores e pesquisadores a enxergarem a pesquisa como uma ponte entre teoria e prática, universidade e sociedade. Que também seja um convite para que mais vozes se somem a essa caminhada por uma educação mais humana, inclusiva e libertadora.

Por fim, conclui-se que o fortalecimento do empreendedorismo social, quando articulado a uma concepção de educação crítica e emancipatória, pode se tornar um instrumento potente de transformação. Ele não apenas amplia horizontes formativos para os discentes do IFPB, mas também reafirma a importância das comunidades tradicionais, como o Quilombo Ipiranga, no processo de construção de uma sociedade mais justa, solidária e humanizada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/87829/mod_resource/content/1/Livro%20ABRAMOVAY,%202012.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.
- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. ASN Nacional. **Mais de 93 milhões de brasileiros estão envolvidos com o empreendedorismo**. 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empREENDEDORA/mais-de-93-milhoes-de-brasileiros-estao-envolvidos-com-o-empREENDEDORISMO/>. Acesso em: 01 mar. 2024.
- ANASTACIO, M. R.; CRUZ FILHO, P. R. A.; MARINS, J. (Orgs.). **EmpREENDEDORISMO social e inovação social no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPress, 2018. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/empREENDEDORISMO-social-e-inovacao-social-no-contexto-brasileiro> Acesso em: 13 abr. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- ARANHA, Maria Lúcia de. **História da Educação e da Pedagogia**: Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAUJO, Juliana de Sá; MELO, Mayara Gabrielle de Souza. Reflexões sobre a Extensão Tecnológica e a Política de Empreendimentos Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. In: SOUSA, Beatriz Alvez de; MEDEIROS, Vania Maria; SOUSA, Beatriz Alves. **Extensão**: conexão e diálogo. João Pessoa, IFPB, 2016.
- ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MACKISEY E CIA. INC. **EmpREENDEMENTOS sociais sustentáveis**. São Paulo: Pieirópolis, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empREENDEDORISMO**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Revogado pelo Decreto 99.999, de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso em: 12 out. 2025.
- BRASIL. **Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da

Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, com exceção do artigo 16, alterado pela Lei nº 9.192, de 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9192.htm#art1. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 3 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução *ad referendum* nº 35, de 09 de outubro de 2017**. Dispõe sobre autorização de funcionamento do curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus João Pessoa. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/174/atos_regulatorios/resolucao-no-35.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **MEMP divulga aumento de 5,1% de empresas abertas nos últimos quatro meses de 2023**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/memp/pt-br/assuntos/noticias/memp-divulga-aumento-de-5-1-de-empresas-abertas-nos-ultimos-quatro-meses-de-2023>. Acesso em: 12 out. 2025.

Clavatta, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Cordeiro, Celia Maria Teixeira. **Anísio Teixeira, uma "visão" do futuro**. São Paulo: SciELO, 2001.

Dore, Rosemary. Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci? **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297–316, set.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/RHGqjsJdnCy8BztKwpgGP3Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2024.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Encontro Nacional FORPROEX, 1., 1987, Brasília. **Anais**. Brasília: UnB, 1987. p. 11-18. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FEIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 78.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária**: para quê? Instituto Paulo Freire, São Paulo, 15 fev. 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001187080>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GENNARI, Adilson Marques; OLIVEIRA, Adilson Marques. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMEZ, Simone da Rosa Messina; CORTE, Marilene Gabriel Dalla; ROSSO, Gabriela Paim. A Reforma de Córdoba e a educação superior: institucionalização da extensão universitária no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653655>. Acesso em: 27 abr. 2024.

GRISI, Fernando Correa. **Empreendedorismo Social**: Uma pesquisa exploratória de ações de disseminação no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=109693. Acesso em: 17 maio 2024.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A.; **Empreendedorismo**. 7. ed. Tradução de Teresa Felix de Souza. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. IFPB. **Resolução 96/2021 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB**. Dispõe sobre aprovação da Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. 2021.

Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas>. Acesso em: 01 abr. 2024.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 27, p. 46-60, 2003. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60>. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 8 out. 2025.

KUENZER, A. Z. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 68, p. 21–28, 1989. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1118>. Acesso em: 19 ago. 2023.

LAMATTINA, Alexandre de Araújo. **Educação 4.0**: transformando o ensino na era digital. Formiga: Union, 2023.

LEMONS, Francine. **Empreendedorismo social para mudar o olhar sobre o sucesso dos negócios**. Exame. Abr./2022. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/francine-lemos/empreendedorismo-social-para-mudar-o-olhar-sobre-o-sucesso-dos-negocios/>. Acesso em: 01 mar. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MELO, José Francisco de. **Extensão Popular**. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife: Massangana, 2010.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, p. 9-18, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/416>. Acesso em: 17 maio 2024.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v.11, n.3, p. 8-27, 2015. DOI: <https://doi.org/10.23901/1679-4605.2015v11n3p8-27>. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225. Acesso em: 27 abr. 2024.

OLIVEIRA, L. C. S.; CRUZ, J. E. Estado da Arte: A relação entre inovação, empreendedorismo e desempenho. **V SINGEP**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://singep.org.br/5singep/resultado/305.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

RAMOS, Marise N. Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado. In: RAMOS, Marise N.; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SÁ, Lindayane dos Santos Amorim de. **Atividades e ações de extensão no IFMS: interfaces com a permanência e êxito dos estudantes**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9939390. Acesso em: 22 mar. 2024.

SANTOS, Boaventura S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. Coleção Questões da Nossa Época, v. 11. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Kleber Carvalho dos; MAGALHÃES, Maria Araci; Mendes (Orgs.). **O fazer da Extensão no IFNMG: Retrospectivas e Perspectiva**. Montes Claros. IFNMG, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./ abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, march, 1961. Disponível em: <https://la.utexas.edu/users/hcleaver/330T/350kPEESchultzInvestmentHumanCapital.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SILVA, C. N. **Setor 2.5: proposta de um modelo de negócio social aos alunos da base da pirâmide**. Bagé, 2017. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/2894/1/TCC%20CAMILA%20N%C3%93BREGA.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SILVA, F. M. C; CANHOLATO, C. S; MIRO, M.R. **Escala de likert como metodologias pesquisas sobre educação**. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2018. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/semanadaslicenciaturas/index> . Acesso em: 13 ago. 2023

SILVA, R. C. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**: desafios e perspectivas. Brasília: UnB, 2020.

SILVA, Ricardo S. *et al.* **Empreendedorismo social**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788533500204. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500204/>. Acesso em: 07 abr. 2024.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária**: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3624>. Acesso em: 14 abr. 2024.

THIOLLENT, Michel; IMPERATORE, Simone; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos. (Orgs.) **Extensão Universitária**: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba: CRV, 2022.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza**. São Paulo: Ática, 2006.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA EMPREENDEDORES QUILOMBOLAS

QUESTIONÁRIO E ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome da Pesquisa: PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO QUILOMBO IPIRANGA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS EMPREENDEDORES QUILOMBOLAS

1 – Sexo	☐ Masculino ☐ Feminino
2 – Estado civil	☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ Divorciado(a) ☐ Separado(a) ☐ Viúvo(a)
3 – Qual foi a faixa de rendimento bruto da família no mês de dezembro de 2023? (Considerar todos os rendimentos provenientes de trabalho e de outras fontes)	☐ 1,00 a 500,00 ☐ 501,00 a 1.000,00 ☐ 1.001,00 a 2.000,00 ☐ 2.001,00 a 3.000,00 ☐ 3.001,00 a 5.000,00 ☐ 5.001,00 a 10.000,00 ☐ 10.001,00 a 20.000,00 ☐ 20.001,00 a 100.000,00 ☐ mais que 100.001,00
4 – Qual é o curso mais elevado que frequentou, no qual concluiu pelo menos uma série?	☐ Sem escolaridade ☐ Ensino Fundamental Incompleto ☐ Ensino Fundamental Completo ☐ Ensino Médio completo ☐ Superior incompleto ☐ Superior Completo ☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado
5 – Tipo de domicílio	☐ Própria – já pago ☐ Próprio – ainda pagando ☐ Alugada ☐ Cedido por empregador ☐ cedido de outra forma ☐ Outras condições

--	--

LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DOS EMPREENDEDORES QUILOMBOLAS

1 – Como você explicaria, de forma simples, o que é empreendedorismo?	
2-Por que o empreendedorismo é importante para a comunidade quilombola do Ipiranga?	
3 – Você já participou ou conhece algum projeto de empreendedorismo na comunidade? Se sim, pode contar um pouco sobre essa experiência?	
4 – Quais são os maiores desafios que os empreendedores enfrentam na comunidade?	
5 – Você acha que existem recursos ou apoios que poderiam ajudar a incentivar o empreendedorismo por aqui?	
6 – Quais são as habilidades e recursos que já existem na comunidade que poderiam ser usados para projetos de empreendedorismo?	
7 – Você tem alguma ideia de negócio que poderia ajudar a comunidade?	
8 - Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre esse assunto ou alguma preocupação que não foi mencionada?	

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS DISCENTES

QUESTIONÁRIO E ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome da Pesquisa: PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO QUILOMBO IPIRANGA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)

PERFIL SÓCIO-DEMOGRÁFICO DOS DISCENTES

1 – Sexo	☐ Masculino ☐ Feminino
2 – cor ou raça	☐ Branco ☐ Preto ☐ Pardo ☐ Amarelo ☐ Indígena
3 – Estado civil	☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ Divorciado(a) ☐ separado(a) ☐ Viúvo(a)
5 – Qual foi a faixa de rendimento bruto da família no mês de Dezembro de 2023? (Considerar todos os rendimentos provenientes de trabalho e de outras fontes)	☐ 1,00 a 500,00 ☐ 501,00 a 1.000,00 ☐ 1.001,00 a 2.000,00 ☐ 2.001,00 a 3.000,00 ☐ 3.001,00 a 5.000,00 ☐ 5.001,00 a 10.000,00 ☐ 10.001,00 a 20.000,00 ☐ 20.001,00 a 100.000,00 ☐ mais que 100.001,00
6 – Qual é o curso mais elevado que frequentou, no qual concluiu pelo menos uma série?	☐ Sem escolaridade ☐ Ensino Fundamental Incompleto ☐ Ensino Fundamental Completo ☐ Ensino Médio completo ☐ Superior incompleto ☐ Superior Completo ☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado

7 – Tipo de domicílio	☐ Própria – já pago ☐ Próprio – ainda pagando ☐ Alugada ☐ Cedido por empregador ☐ cedido de outra forma ☐ Outras condições
------------------------------	---

LEVANTAMENTO DE CONCEPÇÕES SOBRE EMPREENDEDORISMO SOCIAL NOS DISCENTES

1 – Como você definiria empreendedorismo social?	
2- Na sua concepção, qual é a importância do empreendedorismo social?	
3 – Você conhece ou já participa de alguma iniciativa de empreendedorismo? Se sim, poderia compartilhar sua experiência?	
4 – Na sua concepção, quais são os principais desafios enfrentados pelos empreendedores sociais?	
5 – Você acredita que existem recursos ou apoios que poderiam ser disponibilizados para promover o empreendedorismo na sua localidade?	
6 – Quais são os recursos e habilidades existentes na localidade que podem ser aproveitados para iniciativas de empreendedorismo social?	
7 – Você tem alguma ideia ou sugestão de negócio social que poderia beneficiar a comunidade?	
8 - Há mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar sobre o tema ou alguma preocupação que não foi abordada?	

APÊNDICE C – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO NO QUILOMBO DO IPIRANGA

Nome da Pesquisa: PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO QUILOMBO IPIRANGA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)

1. Contextualização do Espaço Observado

Descrição do ambiente físico da Comunidade Quilombola do Ipiranga.

Identificação dos espaços onde ocorrem as práticas empreendedoras.

Análise do acesso e infraestrutura local.

2. Identificação das Práticas Empreendedoras

Quais são as principais práticas empreendedoras desenvolvidas na comunidade?

Quais são os produtos ou serviços gerados?

Quem são os responsáveis por essas práticas (lideranças, grupos comunitários, etc.)?

3. Participação e Envolvimento da Comunidade

Como os membros da comunidade participam dessas práticas empreendedoras?

Existe algum tipo de organização coletiva ou cooperativa?

Qual é o papel dos jovens e estudantes do Ensino Médio Integrado nessas atividades?

4. Desafios e Oportunidades

Quais são os principais desafios enfrentados pela comunidade na manutenção e desenvolvimento das práticas empreendedoras?

Quais são as oportunidades de expansão ou melhoria dessas práticas?

Como as políticas públicas ou ações institucionais podem apoiar essas iniciativas?

5. Reflexões e Considerações Finais

Quais foram as observações mais relevantes durante o processo?

Existe alguma prática ou aspecto que merece destaque especial?

Como as observações realizadas podem contribuir para a pesquisa?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE)

Questionário de Avaliação do Produto Educacional (PE)

Instruções:

Para responder a este questionário, leia cada afirmação e escolha o número que melhor reflete seu nível de concordância, usando uma escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

1. **Discordo totalmente**
 2. **Discordo**
 3. **Neutro**
 4. **Concordo**
 5. **Concordo totalmente**
-

1. O conteúdo do produto educacional (PE) é relevante para o meu aprendizado.
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 2. O PE apresentou de forma clara e objetiva os temas envolvidos.
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 3. Os materiais utilizados no PE foram de fácil compreensão.
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 4. O PE contribuiu para o desenvolvimento de novas habilidades.
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 5. As atividades propostas no PE foram adequadas para a prática dos conhecimentos adquiridos.
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 6. O tempo destinado para efetivação do PE foi suficiente para a aprendizagem.
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 7. O PE proporcionou momentos de reflexão e análise crítica.
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 8. Senti-me motivado(a) a participar das atividades propostas pelo PE.
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 9. Considero que o PE atendeu às minhas expectativas de aprendizado.
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
-

Comentários ou sugestões:

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua, e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA: DO PROJETO: Práticas empreendedoras no Quilombo Ipiranga e suas contribuições na formação humana Omnilateral no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal da Paraíba. **Pesquisadora Responsável:** Camila Arruda Viana, com endereço na Rua Eurídice de Barros Esteves, nº 136, Mangabeira 1, João Pessoa/PB. Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar e whatsapp): (83) 98757-3042 e-mail: camilaarrudaviana4@gmail.com.

Esta pesquisa será analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12 h às 18 h.

O principal objetivo da pesquisa será: implantar ações educativas, na perspectiva da formação empreendedora emancipatória, realizadas pelos estudantes do curso técnico integrado de Eventos do campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba, junto à população da comunidade Quilombola do Ipiranga, Conde – PB. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais, e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação. Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal e do Conselho de Ética em Pesquisa – CEP/IFPB, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, a qualquer momento.

Sua participação nesta pesquisa será com as respostas de um guia de entrevista investigativo que nos ajudará a responder a algumas questões relacionadas à educação para uma formação autônoma e emancipatória do sujeito. O risco para participar da

pesquisa é mínimo e está relacionado a algum desconforto/incômodo ou constrangimento por parte dos entrevistados para responder ao instrumento de pesquisa. Para minimizá-los, os(as) participantes serão informados sobre o procedimento da entrevista e sobre os objetivos da pesquisa – de forma a tranquilizá-los(as) . Mais uma vez, ressaltamos o sigilo da identificação do participante, a fim de diminuir ou impossibilitar que qualquer dano ou situação constrangedora ocorra de fato. Os benefícios da pesquisa serão de suma importância, uma vez que se refere às ações que serão realizadas para cooperar com a formação autônoma e emancipatória dos educandos e dos empreendedores. Para tanto, esclarecemos ainda que você terá a garantia de que o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido e a pesquisa estão de acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Em situações não contempladas por essa Resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução 466/2012 do (CNS).

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____,

RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como participante.

João Pessoa, ____ de _____ de ____.

Assinatura do participante

Camila Arruda Viana
Pesquisadora responsável

Orientador: Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira

APÊNDICE F – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa sobre PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO QUILOMBO IPIRANGA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). O motivo que leva a fazer esta pesquisa é o principal objetivo da pesquisa: implantar ações educativas, na perspectiva da formação empreendedora emancipatória, realizadas pelos estudantes do curso técnico integrado de Eventos do campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba, junto à população da comunidade Quilombola do Ipiranga, Conde – PB. Sua participação nesta pesquisa será com as respostas de um guia de entrevista investigativo que nos ajudará a responder a algumas questões relacionadas à educação para uma formação autônoma e emancipatória do sujeito. Você foi escolhido(a) para participar porque faz parte do público-alvo desta pesquisa, sendo discente do curso técnico integrado de contabilidade do Instituto Federal da Paraíba.

Sou a pessoa responsável pelo trabalho de pesquisa, meu nome é Camila Arruda Viana, sou discente da pós-graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, na cidade de João Pessoa.

Nesta pesquisa, quero saber sobre seus conhecimentos e necessidades em relação à prática do empreendedorismo, assim como as suas concepções sobre empreendedorismo social, e vou lhe explicar todas as informações do projeto e o que você precisará fazer. Você pode fazer perguntas que o(a) ajudem a entender a pesquisa e pode desistir de participar a qualquer momento. Você não é obrigado(a) a participar nem a responder às perguntas, ou fazer as atividades propostas. Se você ficar incomodado(a) com alguma etapa da pesquisa, pode falar para um adulto em quem tenha confiança. Para participar deste estudo, o seu responsável deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você ou o seu responsável poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem prejuízos ou para seu tratamento e/ou acompanhamento (se pertinente).

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos, como: algum desconforto/incômodo ou constrangimento por parte dos entrevistados para responder ao instrumento de pesquisa. Caso ocorram, medidas serão tomadas para sua redução, tais como: os(as) participantes serão informados(as) sobre o procedimento da entrevista e sobre os objetivos da pesquisa – de forma a tranquilizá-los. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos e, após esse tempo, serão descartados de maneira ecologicamente correta.

Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, pode pedir para seus responsáveis entrarem em contato comigo ou pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 – e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12 h às 18 h. Você ficará com uma via deste termo, assinada por mim e por você.

Eu, _____ declaro que entendi e concordo em participar.

Assinatura do participante:_____.

Eu, *Camila Arruda Viana*, declaro que forneci, de forma apropriada, todas as informações referentes à pesquisa ao participante.

Assinatura do Pesquisador: _____

Orientador: Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira

Cidade, _____ de _____ de 20____.

APÊNDICE G – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO PROCESSO DE PESQUISA







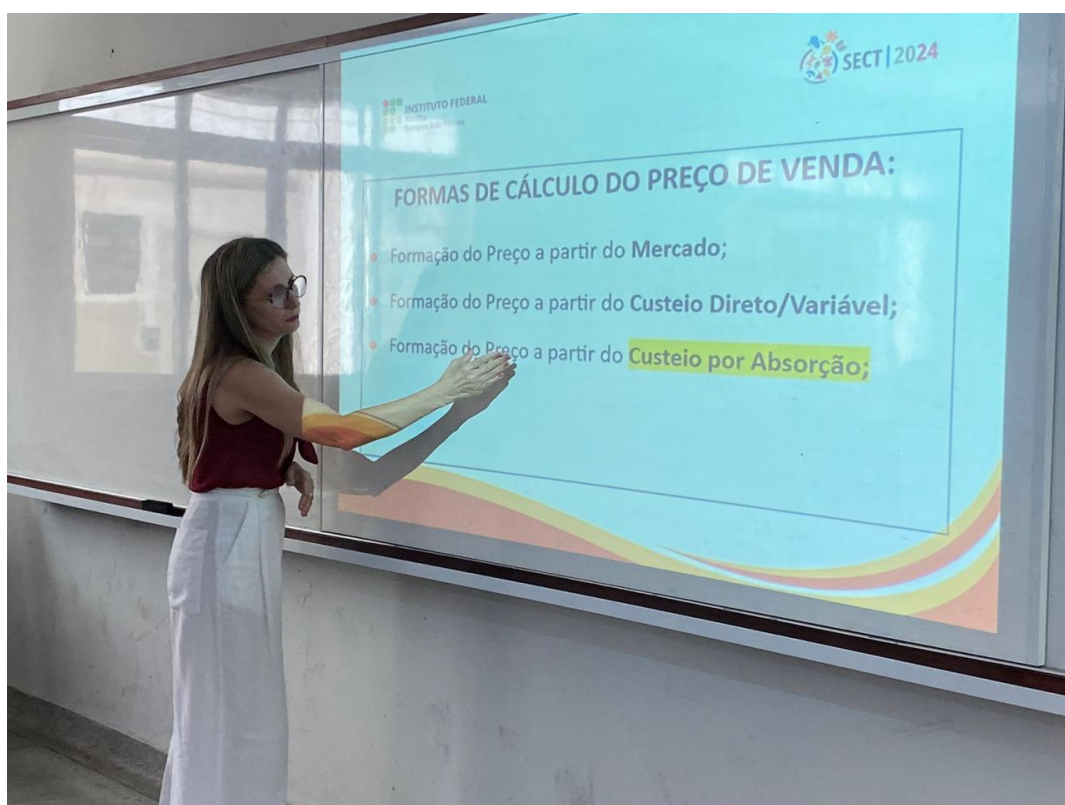




















ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO QUILOMBO IPIRANGA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)

Pesquisador: CAMILA ARRUDA VIANA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 82514724.1.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.356.796

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do IFPB, campus João Pessoa, que pretende aplicar, como produto educacional, um projeto de extensão junto à comunidade Quilombola Ipiranga. O protocolo de pesquisa envolverá a participação de 35 membros da comunidade e 40 estudantes do terceiro ano do curso técnico integrado em contabilidade do IFPB, campus João Pessoa. O estudo apresenta uma abordagem que prevê a utilização de: a) roteiro de observação, b) questionários e entrevista semiestruturada, d) coleta censitária.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Elaborar e conduzir ações educativas externas para a formação empreendedora emancipatória, no âmbito de um projeto de extensão realizado por discentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio de Contabilidade do Instituto Federal da Paraíba, campus João Pessoa, em parceria com a Comunidade Quilombola do Ipiranga, localizada no município de Conde, Paraíba.

Objetivos Secundários:

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRP1PQ, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3812-0725 **Fax:** (83)3812-0706 **E-mail:** etecampesquisa@ifpb.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



Continuação do Parecer: 7.266.796

- Descrever o perfil sociodemográfico do empreendedor presente na Comunidade Quilombola do Ipiranga e dos alunos do ensino técnico do curso de contabilidade;
- Levantar as principais necessidades advindas da Comunidade Quilombola do Ipiranga referente à temática empreendedorismo social;
- Levantar concepções sobre empreendedorismo social nos discentes;
- Formatar um projeto de extensão com atividades voltadas à formação empreendedora social, de caráter emancipatório, levando em consideração as necessidades da Comunidade Quilombola do Ipiranga.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios

O protocolo apresenta 2 (dois) conjuntos de riscos, os direcionados aos estudantes e os direcionados aos membros da comunidade, todos apresentados no TALE e TCLE.

Riscos para os estudantes: a) Desconforto emocional e constrangimento; b) Interferência na rotina e no cotidiano; c) Expectativas em relação aos resultados da pesquisa.

Protocolo de minimização de riscos: a) Garantir local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras a fim de minimizar desconfortos; b) Garantir a igualdade de tratamento a todos os participantes, e denunciar qualquer discriminação advinda das constatações da pesquisa, desde que com anuência do(s) participante(s); c) A pesquisadora deverá guardar os registros de vídeos, imagens e áudios sob segurança, em nuvens criptografadas ou em acervos com chaves eletrônicas, para que assim seja garantido o direito do sigilo das fontes e para que não vazem informações pessoais que eventualmente possam constar em tais registros; d) A pesquisadora deverá garantir que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou danos à saúde do sujeito participante da pesquisa, consequente a mesma, não previsto no termo de consentimento; e) A pesquisadora deverá garantir em suas falas e ações dentro da instituição o respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos participantes.

Riscos para os membros da comunidade quilombola: a) Desconforto emocional e constrangimento; b) Interferência na rotina e no cotidiano; c) Expectativas em relação aos resultados da pesquisa; d) Percepção de exposição ou julgamento.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRP1PQ, térreo
Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 Fax: (83)3612-9708 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



Continuação do Parecer: 7.350.790

Protocolo de minimização de risco: a) Criar um ambiente acolhedor, onde todos possam falar sem medo de serem julgados; b) Escutar com atenção o que cada pessoa tem a dizer e valorizar suas ideias; c) Dar liberdade para quem não quiser participar de alguma parte da atividade; d) Ter um espaço para quem quiser fazer críticas ou desaforos, até mesmo de forma anônima; e) Evitar atrapalhar o dia a dia das pessoas; f) Avisar com antecedência os dias e horários das oficinas; g) Fazer atividades em horários que não comprometam o trabalho ou outras tarefas dos participantes; h) Perguntar para a comunidade quais horários e formatos funcionam melhor; i) Explicar no início que a oficina é um espaço para aprender e trocar ideias, mas que o sucesso depende de vários fatores; j) Lembrar que o que será aprendido pode ser adaptado por cada pessoa à sua própria realidade; l) Evitar que as pessoas se sintam expostas ou julgadas; m) Garantir que o que for falado na atividade fique entre o grupo, sem expor ninguém; n) Fazer atividades em grupos pequenos ou em duplas, para que as pessoas se sintam mais à vontade; o) Evitar perguntas que possam constranger ou expor as dificuldades pessoais de alguém.

Benefícios:

Para os autores, o empreendedorismo social é uma atividade que possibilita a construção de negócios cujo maior impacto são melhorias na sociedade. A comunidade Quilombola Ipiranga é a parceira social do estudo e será, aos olhos dos autores, beneficiada com a promoção de práticas educativas ali desenvolvidas. Quanto aos discentes do Ensino Médio Integrado, o estudo trará contribuições para a sua formação humana integral, como cidadãos críticos e conscientes, como também promoverá discussão de questões técnicas com o foco no empreendedorismo social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Comentários:

O protocolo já foi objeto de apreciação por parte deste Comitê. Em relatório anterior, foram apontadas as seguintes pendências:

PENDÊNCIA 1 Apresentar o instrumento de coleta censitária, informado no corpo do projeto.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRP1PG, térreo
Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3612-0725 Fax: (83)3612-0706 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



Continuação do Parecer: 7.356.796

Caso não sejam empregados instrumentos deste tipo, solicita-se excluir essa informação do corpo de projeto.

RESPOSTA (SANADA) - A coleta censitária está relacionada aos estudantes do ensino médio técnico de contabilidade, sendo assim o instrumento foi apresentado no APÊNDICE B e INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS DISCENTES (p. 61).

PENDÊNCIA 2 - Os autores persistem na apresentação de relatório como forma de devolutiva. Não observaram a sugestão dada em parecer anterior, para não utilizarem meios que sejam demasiadamente longos ou enfadonhos para os participantes. Devolutivas para projetos deste tipo podem ser realizados presencialmente, com o retorno do participante à comunidade, numa roda de conversa, onde sejam apresentados, de forma resumida, os resultados.

RESPOSTA (SANADA) - As alterações foram realizadas nos documentos, conforme o solicitado. Dessa maneira a sugestão foi acatada no sentido de fazer a devolutiva e em uma roda de conversa no próprio quilombo e disponibilizar ainda por whatsapp um relatório simplificado.

PENDÊNCIA 3 - O TALE ainda apresenta a informação quanto a captura de registros em vídeo, imagens e áudio. Portanto, os autores ainda precisam justificar a necessidade de captura da imagem do participante, como também devem ser descritos os riscos relativos ao emprego desse.

RESPOSTA (SANADA) - Foi realizada a alteração, retirando a informação de captura de áudios, vídeos e imagens.

PENDÊNCIA 4. Apresentar Termo de Autorização para o uso de voz e imagem do participante.

RESPOSTA (SANADA) - Foi realizada a alteração, retirando a informação de captura de áudios, vídeos e imagens.

PENDÊNCIA 5. Ajustar o cronograma, para que a coleta seja planejada após a aprovação deste protocolo pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Endereço: Avenida João de Mata, 258, Bloco PRP/PO, João
Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 Fax: (83)3612-9706 E-mail: eticainpesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.355.790

RESPOSTA (PARCIALMENTE SANADA) - As alterações foram realizadas no documento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto: apresentada e assinada pelo diretor geral do campus João Pessoa; - Informações básicas: preenchidas na Plataforma Brasil.
- Projeto detalhado: apresentado;
- Cronograma de execução: apresentado;
- Orçamento: apresentado e compatível com o protocolo;
- Instrumento de coleta: apresentado;
- TCLE: apresentado.
- TALE: apresentado.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator que indica aprovação e em se tratando de resposta a pendências emitidas em parecer anterior, as quais foram sanadas, bem como no intuito de não atrasar o início da pesquisa, emito na condição de Coordenadora o Parecer de Aprovado ao protocolo de pesquisa, pois este está em acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 ç art. 9º - Item II).
- 2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.
- 3- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando for do tipo escrito, dever ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRP1PQ, térreo			
Bairro: Jaguaribe		CEP: 58.015-020	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA		
Telefone: (83)3612-0725	Fax: (83)3612-0706	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br	

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.356.796

assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.

4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

6- Deve ser apresentado, ao CEP, Relatório Final até 30/06/2025.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2403129.pdf	20/12/2024 21:19:55		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_3.docx	20/12/2024 21:19:16	CAMILA ARRUDA VIANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CAMILA_PRONTO_CEP.docx	20/12/2024 21:18:35	CAMILA ARRUDA VIANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termos.docx	20/12/2024 21:18:16	CAMILA ARRUDA VIANA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_2.docx	22/11/2024 16:01:26	CAMILA ARRUDA VIANA	Aceito
Outros	CARTA_ASSINADA.pdf	03/10/2024 10:32:58	CAMILA ARRUDA VIANA	Aceito
Folha de Rosto	Camila_Arruda_assinado.pdf	21/08/2024 17:48:09	CAMILA ARRUDA VIANA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRP1PQ, térreo
Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-6725 Fax: (83)3612-6706 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



Continuação do Parecer: 7.350.796

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

JOÃO PESSOA, 03 de Fevereiro de 2025

Assinado por:
Cecília Danielle Bezerra Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João de Mota, 256, Bloco PRP/PG, térreo
Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3612-0725 Fax: (83)3612-0706 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br